
Avaliação Psicológica

Dimensões, campos de atuação
e pesquisa



Avaliação Psicológica

Dimensões, campos de atuação
e pesquisa

Todos os direitos desta edição são reservados ao
Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região
Av. São José, 699 – Cristo Rei – Curitiba – PR – CEP 80050-350
(41) 3013-5766 / www.crppr.org.br / crp08@crppr.org.br

1ª edição – 2016

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Agência Cupola

ORGANIZADOR

Psic. Bruno Jardini Mäder (CRP-08/13323)

EQUIPE TÉCNICA

Ellen Nemitz – Jornalista Responsável (17.589/RS)

Célia Mazza de Souza (CRP-08/02052)

Angelo Horst (CRP-08/17007)

Ana Inês Souza – Socióloga

REVISÃO

Ellen Nemitz | Angelo Horst | Agência Vogg | Ana Inês Souza

REVISÃO FINAL

Ellen Nemitz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angela Giordani CRB -9/1262

C122

Caderno de avaliação psicológica: dimensões, campos de atuação e atenção / Bruno Jardini Mäder (org.) – Curitiba : CR-P-PR, 2016.

82 p. – (Psicologia em diálogo)

Bibliografia.

ISBN 978-85-63012-16-6

1. Testes psicológicos. 2. Formação profissional – Aspectos psicológicos. I. Título. II. Conselho Regional de Psicologia, PR. III. Mäder, Bruno Jardini.

CDU 159.9.072

Projeto Gráfico: Agência Cupola
Designer Responsável: Juliana Malinowski

XII PLENÁRIO - GESTÃO É TEMPO DE DIÁLOGO

Ana Ligia Bragueto (CRP-08/08334)
André Luis Cyrillo (CRP-08/09184)
André Luiz Vendel (CRP-08/14073)
Anita Castro Menezes Xavier (CRP-08/12770)
Bruno Jardini Mäder (CRP-08/13323)
Cleia Oliveira Cunha (CRP-08/00477)
Denise Ribas Jamus (CRP-08/11462)
Fernanda Rossetto Prizibela (CRP-08/12857)
Guilherme Bertassoni da Silva (CRP-08/10536)
Juliano Del Gobo (CRP-08/13756)
Luciana de Almeida Moraes (CRP-08/14417)
Luiz Antônio Mariotto Neto (CRP-08/17526)
Luiz Henrique Birck (CRP-08/15340)
Maria Stella Aguiar Ribeiro (CRP-08/05524)
Mariana Daros de Amorim (CRP-08/15938)
Nayanne Costa Freire (CRP-08/14350)
Paula Matoski Buttore (CRP-08/12879)
Renata Campos Mendonça (CRP-08/09371)
Rodrigo David Alves de Medeiros (CRP-08/13844)
Rodrigo Soares Santos (CRP-08/07213)
Rosangela Maria Martins (CRP-08/01169)
Sandra Mara Passarelli Flores (CRP-08/01198)
Solange Maria Rodrigues Leite (CRP-08/09294)
Vanessa Cristina Bonatto (CRP-08/13902)

COLEÇÃO PSICOLOGIA EM DIÁLOGO

Empreender o diálogo é desafiador, por uma simples razão: diálogo é transformação. Quando alguém se propõe a esta tarefa, certamente não será o mesmo após a experiência. Afinal, quando encontro verdadeiramente outra pessoa eu a transformo e ela me transforma.

Nesta época que vivemos, marcada por individualismos, por competições entre pares, pela política econômica neoliberal e pelo tecnicismo, dialogar é um ato revolucionário. Permitir se deparar com o incerto pode ser encarado como um risco. Entretanto, só produzimos conhecimento a partir do momento em que investigamos o que desconhecemos. A forma de lidar com temas difíceis ou espinhosos é sempre uma escolha pela qual nos responsabilizaremos.

Neste país, igualmente imenso em território e desigualdade, é fundamental que as administrações públicas não tenham soluções prontas, mas que procurem a sociedade para, através do diálogo, encontrá-las. Foi com este espírito que fizemos a gestão deste Conselho Regional de Psicologia entre setembro de 2013 e setembro de 2016, e aqui apresentamos um breve recorte deste exercício.

Os Conselhos de Psicologia, pela sua função e designação legal, possuem um acúmulo de discussões e ações diferentes da produção acadêmica e científica. Um Conselho Regional recebe milhares de pedidos de orientação por ano, um número superior a dez mil! Para realizar estas orientações com qualidade, são promovidos debates, reuniões e eventos, nos quais são construídos pareceres, notas técnicas, resoluções e também posicionamentos políticos. Desta forma, avaliamos ser pertinente a publicação destes cadernos temáticos com o objetivo de compartilhar com as Psicólogas, com os Psicólogos, com estudantes de Psicologia e, por que não, com a sociedade em geral, o que foi acumulado nestes últimos anos em que estivemos à frente da gestão.

Tomamos o diálogo como método e percorremos o Estado do Paraná em uma ação denominada Dialogando, tirando o CRP-PR da inércia. Em vez de andarmos sobre o trilho quase exclusivo da fiscalização, caminhamos sobre a base da orientação, comunicação e compartilhamento de informações. Assim, acolhemos temas ainda pouco debatidos na Psicologia como as questões étnico-raciais, gênero, espiritualidade e práticas alternativas, entendendo que, ao conhecê-los, é potencialmente mais fácil orientá-los para uma prática ética. Por outro lado, temas mais difundidos como Avaliação Psicológica, Psicologia Escolar/Educacional, Jurídica e Hospitalar foram discutidos a partir de questões atuais.

Finalmente, podemos dizer que, empreendendo o diálogo, envolvemos técnicas psicológicas, subjetividade e compromisso social e apresentamos nesta coleção uma parte deste processo.

Boas leituras e boas descobertas!

Bruno Jardini Mäder (CRP-08/13323)

Conselheiro do XII Plenário do CRP-PR

Organizador

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
INTRODUÇÃO	12
DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	16
1. Técnica	16
2. Ética e legal	21
3. Relacional	23
4. Social	26
5. Profissional.....	29
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM DIFERENTES CAMPOS DE ATUAÇÃO	32
1. Avaliação Psicológica no campo social	32
2. Avaliação Psicológica no campo da educação	35
3. Avaliação Psicológica no campo da saúde.....	38
3.1 Psicodiagnóstico	39
3.2 Avaliação Psicológica pré-cirúrgica	42
3.3 Avaliação neuropsicológica	48
3.4 Avaliação Psicológica no contexto hospitalar	52
4. Avaliação Psicológica no campo organizacional e do trabalho.....	55
5. Avaliação Psicológica no campo do trânsito.....	57

6. Avaliação Psicológica no campo do Esporte.....	60
7. Avaliação Psicológica no contexto da segurança pública e privada.....	63
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E PESQUISA	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	76

APRESENTAÇÃO

A partir do entendimento de que a Avaliação Psicológica se baseia em pressupostos científicos que caracterizam a compreensão de um fenômeno no qual a realidade é significada a partir do uso de conceitos, noções e de teorias científicas, este caderno que aqui apresentamos tem como objetivo caracterizar a Avaliação Psicológica como uma competência clássica da(o) Psicóloga(o). Vale destacar que, por lei, é a única atividade privativa desta(e) profissional.

Para tanto o conteúdo deste caderno foi construído priorizando a prática de um processo de Avaliação Psicológica que assegure aspectos técnicos e éticos, bem como os princípios da Avaliação Psicológica como um processo científico desde sua demanda até a devolução de resultados a quem de direito.

Outros aspectos importantes que foram considerados dizem respeito às atitudes e raciocínio da(o) Psicóloga(o) no processo de Avaliação Psicológica – os pressupostos teóricos, a relação da(o) Psicóloga(o) frente ao objeto de estudo e o uso de diferentes técnicas e instrumentos. Esses pressupostos foram considerados a partir da aplicação da Avaliação Psicológica em diferentes contextos e áreas, de maneira que pudessem ser mantidas as peculiaridades de cada uma.

Ressalta-se que muitas divisões realizadas neste caderno são teóricas, uma vez que muitas práticas podem ser incluídas em contextos distintos, o que dificulta qualquer tipo de classificação.

Nesse sentido, destaca-se, também, que este caderno não teve a pretensão de abordar todas as possibilidades de atuação da(o) Psicóloga(o) e todos os campos nos quais a Avaliação Psicológica pode ser utilizada, considerando que esses são inúmeros e, a cada momento, temos novos campos emergindo. Contudo, buscamos trazer as particularidades de alguns dos campos em que observamos um número

grande de profissionais atuando e áreas que comumente trazem diversos questionamentos aos profissionais sobre sua atuação.

A redação deste material é de responsabilidade da Comissão de Avaliação Psicológica, gestão 2013–2016, pretendendo que tal documento oriente em relação ao tema e às dúvidas que possam surgir, bem como traga ideias inovadoras que possam complementar a atuação da(o) profissional e que estejam sempre norteando discussões entre as(os) profissionais da Psicologia.

Assim, sua autoria é assumida coletivamente pelas Psicólogas:

Denise Ribas Jamus (CRP-08/11462)

Cassia Aparecida Rodrigues (CRP-08/12944)

Lilian Caron (CRP-08/08743)

Felícia Pretto Tommasi (CRP-08/IS-284)

Adriane Pichetto Machado (CRP-08/02571)

Mari Angela Calderari Oliveira (CRP-08/01374)

Mariana Ricardo dos Santos Schneider (CRP-08/11206)

Emília Cristina Gonçalves (CRP-08/11945)

INTRODUÇÃO

O Manual de Elaboração de Documentos Escritos (Resolução CFP n.º 007/2003) menciona que a Avaliação Psicológica (AP) é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudo e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. Isso significa dizer que a AP possui caráter processual e não se restringe apenas ao uso de testes, ela pressupõe a investigação de fenômenos psicológicos, e caberá à(o) profissional decidir, em função da solicitação e do objeto a ser analisado (criança, jovem, adulto ou idoso), individualmente ou em grupo, qual a melhor metodologia a ser empregada.

A Avaliação Psicológica parece estar tão atrelada ao fazer da(o) Psicóloga(o) que é entendida como uma tarefa fácil de ser dimensionada. Muito pelo contrário, construir um conhecimento sobre essa atividade, que é privativa da(o) Psicóloga(o), não é nada fácil e muito menos de domínio tácito de todos aqueles que escolheram a Psicologia como profissão. Entende-se que a Avaliação Psicológica deveria ser encarada como a espinha dorsal da ação da(o) Psicóloga(o), pois o desenvolvimento de práticas psicológicas interventivas em qualquer campo de atuação da Psicologia sugere, no mínimo, um conhecimento sobre fenômenos e processos psicológicos que caracterizem o objeto de intervenção dessa(desse) profissional.

Portanto, a Avaliação Psicológica pode se caracterizar como a essência do trabalho da(o) Psicóloga(o). Infelizmente, esse entendimento muitas vezes não acompanha a maioria das(os) profissionais que atuam na Psicologia, que mantêm uma representação social da Avaliação Psicológica ainda configurada a uma visão reducionista do teste psicológico.

Como relata Cunha (2000), “As sementes da Avaliação Psicológica, que hoje constitui uma das funções da(o) Psicóloga(o), foram lançadas numa fase que (...) marcou a inauguração do uso de testes psicológicos. Historicamente, portanto, justifica-se a imagem que o leigo formou da(o) Psicóloga(o), como um profissional que usa testes, já que principalmente testólogo é o que ele foi, na primeira metade do século XX” (Groth-Marnat, 1999 apud Cunha, 2000, p. 19).

Essa visão, contudo, não pode mais ser mantida, especialmente entre os profissionais da categoria, que devem compreender de forma mais ampla a Avaliação Psicológica e sua importância em sua prática, bem como auxiliar para que essa visão seja modificada frente à população.

Muito embora todos os psicólogos registrados no Conselho Regional de Psicologia estejam legalmente habilitados a realizar avaliações psicológicas de qualquer natureza, o profissional deve considerar e avaliar se realmente tem o conhecimento teórico e prático suficiente para realizar uma avaliação psicológica específica. Essa talvez seja a primeira decisão ética que o psicólogo deve tomar antes de iniciar um processo de avaliação psicológica. “Estou preparado para fazer isso?” “Conheço a área?” “Tenho experiência suficiente?” “Sei quais são os testes mais apropriados para serem usados nessa avaliação?” “Conheço bem esse(s) teste(s) e a teoria que o(s) embasa(m)?” Se a resposta a qualquer uma dessas perguntas for “não”, ou “não sei”, ou “não tenho certeza”, o profissional deve recusar a avaliação ou, no mínimo, procurar supervisão (Hutz, 2015).

Historicamente, pode-se perceber que a Avaliação Psicológica é responsável pela inserção da(o) Psicóloga(o) em diferentes contextos de atuação, portanto, a qualificação de seu fazer deve garantir não só os direitos dos cidadãos que a utilizam como também a valorização da dimensão científica da Psicologia no que diz respeito às questões éticas e técnicas.

A credibilidade dos resultados e conclusões em um processo de avaliação está condicionada a um referencial teórico/técnico válido, que sustente as interpretações segundo o pressuposto do determinismo psíquico do avaliado. A experiência da(o) profissional, o fato de os dados interpretados terem se originado da capacidade de integração

na compreensão clínica do fenômeno psicológico, são condições imprescindíveis para garantir a confiabilidade dos resultados que se integrarão de modo coerente a um corpo teórico consistente.

Embora exista a necessidade de uma positividade na busca do conhecimento sobre a estrutura de um fenômeno psicológico, esses não podem mais ser considerados como, segundo Cruz(2002) “[...] uma realidade intuída, que se oferece imediatamente à percepção, mas como realidade instruída, identificada a partir de um modelo que, como uma “rede”, é aplicada pelo especialista sobre os eventos (situações onde ocorrem os fenômenos), de forma a poder revelar alguma inteligibilidade lógica, ou possibilidade de sentido sobre a realidade psicológica humana” (Cruz, 2002, p. 20).

Portanto, o processo de conhecer que se instaura na realização da Avaliação Psicológica percorre, segundo Trinca (1985), diferentes caminhos ou vias em suas tentativas de diminuir a distância que existe entre a “ignorância” e o conhecimento. Isso caracteriza o pensamento científico, leva a(o) Psicóloga(o) a ativar seus processos mentais (cognitivos) – sentir, perceber, intuir, deduzir, relacionar e, dessa forma, conhecer o fenômeno psicológico e, assim, utilizar a Avaliação Psicológica como uma base fundamental à intervenção posterior.

A Avaliação Psicológica, considerada então como uma prática essencial para a ação interventiva da(o) Psicóloga(o), veio ao longo da história adquirindo diferentes configurações que levaram em conta as demandas de estudos dos diferentes fenômenos psicológicos.

A contemporaneidade da ciência psicológica descreve uma ação psicológica mais próxima de uma descrição qualitativa desse fenômeno. Portanto, a Avaliação Psicológica nesse sentido deve nortear essa ação, buscando o entendimento do funcionamento do fenômeno psicológico atrelado a uma rede de vínculos que se estabelece ao longo de sua história, numa construção única de marcos relacionais.



DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

1. Técnica

Cohen, Swerdlik e Sturman (2014), definem Avaliação Psicológica como a coleta e a integração de dados relacionados à Psicologia com a finalidade de fazer uma estimativa psicológica, que é realizada por meio de instrumentos como testes, entrevistas, estudos de caso, observação comportamental, aparatos e procedimentos de medida especialmente projetados para essa finalidade.

A dimensão técnica na Avaliação Psicológica é parte integrante de um processo avaliativo, constituído de diferentes estratégias que a(o) profissional pode utilizar para a realização de um determinado procedimento em diferentes contextos de atuação, pois em um processo avaliativo, a(o) profissional precisa acessar e mensurar os fenômenos psicológicos envolvidos na demanda. Dessa forma, os recursos técnicos corroboram para acessar e compreender as variáveis envolvidas.

Dentre os principais instrumentos utilizados em um processo de Avaliação Psicológica estão os testes psicológicos, a entrevista nas suas diferentes modalidades e a observação.

Apesar do avanço das definições e discussões sobre a diferença entre testagem e Avaliação Psicológica, ainda há atualmente uma linha tênue entre esses dois conceitos, mas que se faz necessária a sua diferenciação conforme o quadro abaixo:

OBJETIVO

- **Testagem**

Obter uma medida, usando-se os números, com relação a uma capacidade ou atributo.

- **Avaliação**

Responder a uma questão de encaminhamento, resolver um problema ou tomar uma decisão por meio do uso dos instrumentos de avaliação.

PROCESSO

- **Testagem**

Individual ou grupal e após a administração do teste, o testador soma os acertos ou o número de certos tipos de resposta. Considera-se pouco “o como” ou “o conteúdo”.

- **Avaliação**

Em geral individualizada, concentra-se mais em como um indivíduo processa do que simplesmente nos resultados desse procedimento.

PAPEL DO AVALIADOR

- **Testagem**

Não é fundamental para o processo.

- **Avaliação**

Fundamental para o processo: para o planejamento e as conclusões a partir de todo o processo.

HABILIDADE DO AVALIADOR

- **Testagem**

Requer habilidades técnicas para administrar e pontuar um teste, bem como para interpretar o seu resultado.

- **Avaliação**

Requer do avaliador a seleção especializada dos instrumentos, para a avaliação, organização, integração e interpretação criteriosa dos dados.

RESULTADOS

- **Testagem**

Produz um escore ou série de escores no teste.

- **Avaliação**

Envolve uma abordagem de resolução de problemas que mobiliza muitas fontes de dados visando esclarecer o motivo do encaminhamento.

(Cohen, Swerdlik, Sturman, 2014)

Teste Psicológico

“Art. 1º. Os Testes Psicológicos são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se um método ou técnica de uso privativo do psicólogo, em decorrência do que dispõe o § 1º do Art. 13 da Lei nº 4.119/62. (Resolução CFP nº 005/2012)

De acordo com Hutz (2015), teste psicológico é um instrumento que avalia (mede ou faz uma estimativa) construtos que não podem ser observados diretamente e uma Avaliação Psicológica não seria realizada apenas com testes, mas envolveria outras técnicas a partir da demanda do caso.

Atualmente na listagem do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), constam 159 instrumentos com parecer favorável que avaliam construtos como: inteligência, personalidade, habilidade, aptidões, comportamento, interesse profissional, dentre outros fenômenos psicológicos.

Desde o início da criação do Satepsi, houve um desenvolvimento na qualidade técnica e científica dos instrumentos disponíveis para serem utilizados na atuação da profissão.

O acompanhamento da atualização e a busca por instrumentos que tenham parecer favorável para avaliar construto (s) que se pretende(m) avaliar dentro de um processo de Avaliação Psicológica

é de responsabilidade da(o) Psicóloga(o), pois a lista é atualizada constantemente, a qual pode ser acessada no site do Conselho Federal de Psicologia (<http://satepsi.cfp.org.br/>)

Entrevista

A entrevista é utilizada em diferentes contextos e para diferentes finalidades, não só na Psicologia. Contudo, dentro de um processo de Avaliação Psicológica, essa técnica deve, também, estar atrelada ao objetivo dessa avaliação, possibilitando um conhecimento mais aprofundado sobre a história de vida do sujeito ou do ambiente avaliado.

Há diferentes modalidades de entrevista e o avaliador deve definir pela modalidade utilizada de acordo com os dados que se pretende coletar e o contexto avaliado. Existem particularidades técnicas de entrevista para cada faixa etária de desenvolvimento e ambiente a serem aferidos.

Em geral, busca-se investigar nas entrevistas dentro de um processo de Avaliação Psicológica: contexto familiar, social, pessoal, condição de saúde física, autopercepção, autocrítica e expectativas de futuro.

A interação entre o entrevistado e o entrevistador é dinâmica, necessitando de técnica e prática por parte do entrevistador para sistematizar os dados coletados. Algumas entrevistas para fins diagnósticos necessitam de extenso treinamento e devem ser realizadas apenas por especialistas.

Observação

Pode ser considerada dentro de um procedimento de Avaliação Psicológica como uma estratégia fundamental, presente em todos os processos, em maior ou menor grau, a qual fornece um grande número de informações sobre o sujeito, grupo e contexto avaliado.

A observação é uma técnica de alta complexidade, exigindo treino da(o) profissional que a utiliza para uma adequada compreensão e sistematização dos dados coletados.

Em algumas situações específicas como, por exemplo, em ambientes escolares, hospitalares ou na observação do comportamento de bebês, crianças ou da interação de pais e filhos, a técnica de observação não pode ser substituída por testes ou entrevistas, mostrando-se como a principal metodologia a ser utilizada.

Quando se aplica um teste psicológico ou durante a execução de outra técnica dentro de um processo de avaliação, o comportamento não verbal pode ser sistematizado por meio da observação.

Deve-se prestar atenção ao comportamento do indivíduo que está sendo sujeito desse processo avaliativo e verificar:

- Aparência física;
- Comunicação;
- Expressão facial e corporal;
- Atenção à tarefa solicitada para realização.

Tais observações são detalhes que permitem algumas inferências sobre a atitude com relação às tarefas solicitadas, sobre o estado de ânimo do avaliando, e podem auxiliar na interpretação dos resultados e para a compreensão da dinâmica presente no processo avaliativo.

Ressalta-se que as técnicas apresentadas neste texto não são às únicas que podem ser utilizadas em um processo de Avaliação Psicológica, pois a dinâmica de grupo, a hora lúdica diagnóstica, as pesquisas documentais, dentre outras, são técnicas que podem corroborar para a avaliação de determinado indivíduo ou grupo, podendo ser entendidas como recursos complementares importantes no processo de Avaliação Psicológica. O que norteará a escolha das técnicas a serem utilizadas em um processo avaliativo, será sempre a faixa de desenvolvimento dos avaliados, o contexto, o

objetivo da avaliação e quais fenômenos psicológicos se pretende avaliar para responder a esse objetivo, isto é, a responsabilidade técnica é da(o) Psicóloga(o) que faz a avaliação.

O valor e a confiabilidade em cada técnica utilizada em um processo de Avaliação Psicológica estão diretamente relacionados à responsabilidade, ao conhecimento, à habilidade e à experiência da(do) daquela(e) que faz a avaliação.

2. Ética e legal

Reflexões sobre a ética permeiam continuamente o trabalho da(o) Psicóloga(o) e são inerentes à complexidade do fenômeno estudado e do atendimento realizado.

A atitude ética, que pressupõe não só o conhecimento de um código de ética, mas principalmente a vivência dos pressupostos desse código, passa pelo crivo da moral, onde crenças e valores pessoais dão forma a uma prática ética.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo possui vários itens relativos à avaliação psicológica, porém as questões éticas neste caso possuem um alto grau de complexidade e não podem ser exaustivamente tratadas em um código de ética, pois o procedimento ético vai além da observância literal de artigos de um código de ética (Hutz, 2015), pois “... princípios éticos são gerais e representam ideais a serem atingidos... (São) ideias norteadoras de ações, atitudes e comportamentos na prática profissional (Hutz, 2009).

Ao pensarmos na dimensão ética na Avaliação Psicológica, devemos considerar, primeiramente, a nossa capacitação técnica, essencial para a realização de um trabalho que seja capaz de atender aos objetivos propostos.

Deve-se atentar à demanda que nos chega, às questões emocionais e ao sofrimento envolvido, além de uma preocupação constante para minimizar danos.

Muitas vezes, a(o) Psicóloga(o) será inserida(o) no meio de inúmeros conflitos e é essencial que não se deixe levar por pressões externas e modifique sua conduta devido a estes fatores.

Ao considerarmos o caráter processual da Avaliação Psicológica, reforça-se que a mesma não pode restringir sua metodologia de avaliação ao uso de testes, devendo valer-se de entrevistas, observação técnica, bem como instrumentos e técnicas complementares para investigação dos fenômenos psicológicos a serem avaliados. Portanto, no processo de Avaliação Psicológica, entende-se que todas as etapas, desde a identificação dos fenômenos psicológicos a serem investigados, elaboração de hipóteses, estabelecimento do contrato, escolha dos instrumentos e técnicas apropriados ao contexto, levantamento de dados, bem como o raciocínio clínico necessário para a posterior elaboração de um documento e a devolutiva, devem ser permeadas pela contínua reflexão ética.

A escolha da metodologia e dos recursos complementares necessários para o alcance dos objetivos do processo de Avaliação Psicológica é de responsabilidade da(o) profissional, que deverá avaliar constantemente o caráter científico e ético desses procedimentos, bem como respaldar-se tecnicamente para a utilização dos mesmos. É necessário contínuo aprimoramento profissional para que a(o) Psicóloga(o) tenha conhecimento de técnicas e instrumentos atualizados e aplicáveis à população e contexto em estudo, bem como domínio sobre a aplicação e aplicabilidade dos mesmos. Deve-se ter muito cuidado com as condições ambientais para a realização da Avaliação Psicológica, além de especial atenção ao uso de instrumentos originais e aprovados pelo Satepsi e/ou com comprovada referência na literatura a partir de estudos científicos em revistas reconhecidamente aceitas no meio científico. Orienta-se, ainda, atenção especial ao sigilo das informações obtidas e à análise criteriosa sobre a necessidade de quebra do mesmo.

Quando pensamos na AP a(o) profissional deve atentar não apenas à guarda dos materiais obtidos por meio da avaliação, como também à guarda dos instrumentos restritos à Psicologia, especialmente se

atuar em contextos interdisciplinares em que o acesso de pessoas não autorizadas pode estar mais acessível. Todos os instrumentos e registros devem ser mantidos em armários com chave, com acesso restrito aos profissionais da área da Psicologia.

A elaboração de um contrato de prestação e serviços é outro aspecto importante no processo de AP, pois possibilita que ambas as partes tenham clareza sobre o trabalho que será realizado e suas condições (extensão, honorários etc), minimizando os riscos de problemas futuros por incompreensão ou confusão em relação aos serviços prestados.

Como previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, após a realização da AP a(o) Psicóloga(o) deverá emitir um documento, de acordo com a legislação vigente, que expresse de maneira estruturada e formal os resultados da avaliação realizada.

Esse documento é a materialização do trabalho realizado pela(o) profissional e expressa, concretamente, sua análise clínica e julgamento emitido sobre o caso, bem como também reflete a competência do avaliador para a realização da avaliação e para a elaboração do documento.

Destaca-se, dessa forma, a responsabilidade da(o) profissional ao emitir esse documento que, a partir do momento de sua emissão, deverá responder pelos procedimentos realizados e pelo conteúdo ali descrito.

Ressalta-se, portanto, que a realização de uma Avaliação Psicológica é algo complexo e que exige, por parte da(o) profissional, atualização e capacitação contínua para que não incorra em faltas éticas por imperícia ou incapacidade técnica.

Cumprindo-se esse princípio, não assumindo para si demandas sobre as quais não tenha formação e/ou experiência que lhe garantam competência e segurança; pautando sua atuação em reflexões éticas contínuas permeadas pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo e pela legislação vigente, a(o) profissional terá maior segurança em sua atuação e não estará incorrendo em faltas éticas e legais.

3. Relacional

O processo de Avaliação Psicológica, em uma de suas funções, caracteriza-se como um processo de conhecer. Isto é, a(o) Psicóloga(o) se debruça sobre os fenômenos psicológicos, construindo um conhecimento acerca da funcionalidade dos mesmos, com objetivo de responder a uma demanda.

É em torno do objetivo visado e o campo da prática que se delinea a atividade profissional, integrada à necessidade de proceder a compreensão do objeto de estudo, por meio das condições teórico-metodológicas geradas nesse processo, isto é, construídas pelos próprios motivadores do ato de querer conhecer (Alchieri, Cruz e Sardá, 2002).

O posicionamento da(o) Psicóloga(o) diante da demanda do processo de avaliação requer, desse profissional, o desenvolvimento de competências e habilidades que pressupõem o estabelecimento de um vínculo profissional baseado na verdade e que marque a crença no potencial humano de crescimento e transformação. A busca por uma Avaliação Psicológica denota, na maioria das situações, uma posição de fragilidade do sujeito da avaliação que não deve parecer, para o psicólogo, uma oportunidade de exercício do “descobrir algo” que esteja ocasionando a fragilidade, estabelecendo-se assim uma relação de poder.

A construção de um conhecimento, nesse processo, parte do princípio que a relação que se estabelece entre o sujeito da avaliação e Psicóloga(o) sempre será uma relação assimétrica na qual a(o) Psicóloga(o), a partir de sua competência técnica e teórica, busca dados possibilitando, ao sujeito da avaliação, um espaço onde ele consiga mostrar sua dinâmica, levando a(o) Psicóloga(o) a construir um conhecimento sobre ele. Esse processo de avaliação também permitirá ao sujeito da avaliação conhecer-se, construindo uma relação metacognitiva com o processo de Avaliação Psicológica.

Esse movimento de abertura ao conhecimento estabelecerá, ao longo do processo, um campo relacional que se caracteriza como

uma variável importante a ser considerada e entendida pela(o) Psicóloga(o) como uma de suas principais estratégias de avaliação. O campo relacional se caracteriza por uma relação que inspira confiança e favorece o estabelecimento e manutenção de um vínculo saudável aos objetivos de um processo de avaliação. A possibilidade do sujeito da avaliação atualizar suas configurações vinculares, representadas por atitudes e condutas na relação com a(o) Psicóloga(o), ao longo do processo, pressupõe o uso criterioso da observação por parte da(o) Psicóloga(o), onde ela(e) passa a fazer vigília a esse comportamento que vem permeado de significados, tendo como foco o valor atribuído à figura da(o) Psicóloga(o). Dar continência a esses modelos, que esse sujeito estabeleceu ao longo de seu desenvolvimento, facilita à(o) Psicóloga(o) identificar papéis e funções assumidas nas relações interpessoais que, por vezes, são difíceis de trazer para o *setting* da Avaliação Psicológica.

Vale aqui ressaltar a importância de uma atitude acolhedora da(o) Psicóloga(o) a esses conteúdos, sem deixar de considerar a importância de seu distanciamento e identificação de um sentimento contratransferencial que pode dificultar à(o) Psicóloga(o) selecionar elementos essenciais que devem fazer parte do escopo da relação transferencial. A(O) Psicóloga(o) ressignifica seu papel de técnico ou especialista detentor do saber e estabelece com o sujeito da avaliação uma relação de cooperação, em que a capacidade de ambas as partes, de observarem, aprenderem e compreenderem, constitui a base indispensável de um processo de avaliação.

Psicóloga(o) e paciente se envolvem, a partir de pontos de vista diferentes, mas igualmente importantes, na tarefa de construir os sentidos da existência de um deles – o cliente (YEHIA, 1995).

O encontro na Avaliação Psicológica se configura, fundamentalmente, em uma relação humana onde a(o) Psicóloga(o), ao fazer uso de seus recursos intelectuais, suas emoções, suas percepções e interpretações não pode abrir mão da potencialização de um processo de dissociação instrumental. Isso é, permite dessa forma o compartilhamento da expectativa do saber, do conhecimento e da atitude

mental ativa, construindo um espaço intersubjetivo entre Psicóloga(o) e sujeito de avaliação. Essa tarefa permite a expressão do saber de um e o saber do outro, reconhecendo ao mesmo tempo o limite de um e o limite de outro.

Pode-se considerar, portanto, que os aspectos que permeiam a dimensão relacional na Avaliação Psicológica podem configurar um efeito terapêutico a esse processo que decorre, principalmente, da qualidade dos vínculos estabelecidos na relação da(o) Psicóloga(o) com o sujeito da avaliação. Dessa forma, não se pode deixar de salientar a constante busca pela imparcialidade e pela neutralidade técnica, bem como pelo distanciamento da subjetividade. Sabemos que essa tarefa não é fácil, porém é fundamental para que o alicerce do processo da Avaliação Psicológica se constitua.

4. Social

Como qualquer técnica e prática que envolve situações de prestação de serviços de ordem profissional na área da Psicologia, a Avaliação Psicológica tem, em seu bojo, diversas questões ou problemáticas de ordem ética, que repercutem intensamente na vida das pessoas envolvidas, na(o) profissional e até mesmo nas instituições demandantes do processo avaliativo, assim como na sociedade como um todo.

Necessitamos estar atentos aos reflexos da nossa atuação em relação às pessoas envolvidas, assim como nas repercussões sociais de nossas tomadas de decisão em relação a essas pessoas.

De acordo com Marcelo Tavares:

Em todos os lugares onde a avaliação psicológica se faz presente, ela pode ser utilizada para ajudar pessoas ou ser um instrumento de exclusão. O resultado de avaliações pode trazer notícias que abrem oportunidades para as pessoas, mas também pode trazer informações que não são nem bem-vindas nem desejadas. O uso dos testes de avaliação pode promover o desejo de autoconhecimento e favorecer a autoimagem; pode também ter efeitos deletérios ou iatrogênicos. Esse uso pode

estigmatizar uma pessoa e marcá-la por toda uma vida. Os riscos de danos não são pequenos e a sociedade está atenta a essa questão, mobilizando os Conselhos Regionais de Psicologia com denúncias relativas à ética, questionando direitos ou recorrendo aos setores jurídicos e legislativos neste país, como em outros (TAVARES, 2010).

Seguindo essa linha de raciocínio, as(os) profissionais da Psicologia precisam construir e exercitar, diariamente, uma postura crítica em relação às suas intervenções, buscando avaliar as consequências positivas e negativas para as pessoas e instituições envolvidas, o que demanda às(os) Psicólogas(os) uma capacidade nada simples, que é a de projetar e buscar uma visão ampla das situações e do provável comportamento das pessoas envolvidas e dos desdobramentos possíveis de cada intervenção que possa ser realizada.

Cabe a nós, como profissionais da Psicologia, ao atendermos determinadas demandas, sejam elas de pessoas ou instituições, privadas ou particulares, ou de juízes, no caso de perícias psicológicas, por exemplo, buscar estimar de forma longínqua, as possibilidades de resolução dos casos, levantando todas as possíveis consequências da nossa intervenção profissional. Isso significa, por exemplo, que, quando estou atendendo uma criança em um processo terapêutico e surge, por parte da mãe, o pedido de um laudo, provavelmente a primeira ação seria simplesmente atender ao pedido da mãe. Porém, é importante estar atento e fazer uma investigação mais aprofundada sobre esse pedido, buscando entender as motivações e desvelar as intenções ocultas, que podem não ter sido trazidas, inicialmente, de forma manifesta por essa mãe. Assim, é possível que a mãe solicite o documento para subsidiar um processo de guarda, ou de acusação de abuso sexual por parte do pai. Este exemplo nos mostra que as possibilidades são muitas e as consequências do ato de redigir um documento, como o solicitado, podem se desdobrar em diversas situações prejudiciais ao nosso cliente ou a outras pessoas, principais sujeitos da nossa sempre e constante preocupação.

Essa postura mais consciente e crítica acerca das consequências dos atos das(os) Psicólogas(os) se apresenta como uma necessidade premente, pois é advinda de uma outra problemática grave da nossa

profissão: a menor credibilidade por parte dos usuários e beneficiários de nossos serviços. Intervenções inconsequentes, frágeis tecnicamente e eticamente, marcadas pela incompetência, trazem consequências negativas para a imagem social da classe das(os) Psicólogas(os) e da profissão como um todo.

Segundo Marcelo Tavares:

Há dúvidas na imagem social da psicologia que permanecem e precisam ser constantemente enfrentadas; dúvidas acerca da competência dos psicólogos, da eficácia de seus serviços e do diferencial de seus serviços em contraste com o senso comum. Podemos perceber rapidamente como uma atividade profissional que tem o poder de expor demasiadamente a intimidade de uma pessoa e ameaçar seus direitos requer a existência, na sociedade, de uma agência que seja capaz de regular e fiscalizar o seu exercício. Essa agência também deve cuidar de esclarecer a sociedade sobre a natureza, o valor e a legitimidade de suas atividades” (TAVARES, 2010).

Dessa forma, precisamos estar atentos ao potencial para equívocos advindos da Avaliação Psicológica, pois nossa atuação refletirá na imagem da classe profissional como um todo, trazendo danos à sua credibilidade.

De forma geral, o que tratamos até o momento se refere especificamente à garantia dos direitos de nossos sujeitos de avaliação, respondendo aos anseios e necessidades daqueles que a ela se submetem e administrando o processo avaliativo de forma ética e qualificada tecnicamente. Uma forma de atuação crítica e competente tenderá a diminuir riscos e consequências danosas para as pessoas e para a sociedade, como por exemplo, uma indicação ou contraíndicação mal ou pouco sustentada em uma avaliação para concurso público, ou para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, ou para fins de registro e/ou porte de arma.

A ação ética no campo da Avaliação Psicológica pressupõe o respeito à dignidade, aos direitos e ao bem-estar das pessoas, o zelo pelos materiais e conteúdos obtidos no processo e o cuidado com a utilização dos resultados. Assim, a atenção aos direitos dos sujeitos exige precauções em relação às consequências da situação como um todo, projetando as

possibilidades e localizando a forma mais adequada para lidar com os dados e informações obtidos. Esses cuidados, que envolvem preocupações éticas e competência na concepção e execução da avaliação, são necessários para o efetivo benefício das partes envolvidas.

A competência se relaciona à manutenção de níveis de excelência no trabalho, ou seja, que a(o) Psicóloga(o) inicialmente reconheça os limites da sua especialidade, atuando somente em casos ou demandas para os quais se sinta em condições favoráveis. Também a constante atualização na área é necessária, pois acompanhar a evolução da ciência psicológica permite à(o) Psicóloga(o) o aprimoramento teórico e técnico de sua práxis.

Dessa forma, não há ação no campo da Psicologia que não tenha repercussões na vida das pessoas envolvidas, e a área da Avaliação Psicológica demonstra ser uma das mais evidentes nesse sentido. Os efeitos danosos que um laudo psicológico pode ter na vida de uma pessoa podem ser intensos, dependendo especialmente do nível de profundidade da análise que o mesmo exigiu para sua elaboração, assim como das reflexões éticas realizadas pela(o) Psicóloga(o) a respeito das consequências de emitir aquele documento.

Em resumo, a atenção aos direitos humanos perpassa todas as etapas de um processo avaliativo, desde o seu planejamento até seu fechamento, e deve ser objeto de cuidado prioritário da(o) profissional Psicóloga(o). A consciência da responsabilidade de sua atuação, o conhecimento da complexidade das situações envolvidas e das repercussões possíveis em uma Avaliação Psicológica, é o primeiro passo para a atuação ética e construtiva nessa área, e, em consequência, para a credibilidade de nossa atuação e de nossa classe.

5. Profissional

A(O) profissional Psicóloga(o) que realiza Avaliação Psicológica deve planejar e realizar o processo avaliativo com base em aspectos

técnicos, construtos teóricos e dentro da legislação que norteia essa prática. Dessa forma, assegura-se que os fenômenos psicológicos observados e aferidos sejam confiáveis e auxiliem a(o) Psicóloga(o) na tomada de decisão nos vários contextos de atuação.

Para tanto, é necessário que a(o) profissional tenha amplo conhecimento dos fundamentos psicológicos em diferentes perspectivas teóricas; tenha domínio das psicopatologias, para, então, conseguir identificar problemas de saúde mental e fazer diagnósticos; deve conhecer os fundamentos básicos da psicometria, para ser capaz de identificar e empregar a técnica mais adequada ao seu propósito e contexto; ter domínio das normas vigentes do CFP e do Código de Ética Profissional do Psicólogo (essas são exigências mínimas de qualidade das avaliações, regulamentando e norteando a prática); deve ter domínio sobre os procedimentos da Avaliação Psicológica, para conseguir planejar e executar a avaliação adequando-se aos objetivos e contexto; deve ter competência para integrar as informações coletadas com base no construto avaliado para, então, finalizar a mesma com a elaboração de documento decorrente de Avaliação Psicológica e comunicar os resultados, por meio da entrevista devolutiva.

Considerando que essa área necessita de pesquisas constantes e vislumbrando que o processo avaliativo seja seguro e eficaz, é fundamental que a(o) profissional Psicóloga(o) esteja em constantes formação e atualização sobre fundamentos teóricos e técnicos, normas e procedimentos da Avaliação Psicológica. Para isso, a formação continuada é imprescindível a(o) profissional, pois a competência e segurança nessa prática são inerentes à formação e à atualização constantes. Adicionalmente, também é relevante que a(o) profissional identifique, em alguns casos, a necessidade de supervisão de uma(um) profissional com experiência apropriada, para não correr o risco de cometer erros e ferir a ética no processo avaliativo, assim prejudicando o avaliado



AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM DIFERENTES CAMPOS DE ATUAÇÃO

1. Avaliação Psicológica no campo social

Paula Matoski Buttore (CRP-08/12879)

A Avaliação Psicológica no contexto da assistência social precisa levar em conta, de antemão, o peculiar contexto dessa política: atuar junto às populações que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, valendo-se, para tanto, dos recursos potenciais advindos dos vínculos familiares e comunitários. Isso implica colocar a Psicologia a serviço da comunidade, assegurando o compromisso ético e político de defesa intransigente dos direitos socioassistenciais. Destarte, o fenômeno social é tomado como parte central e determinante da intervenção. É preciso rememorar, isso posto, que a dimensão do subjetivo é atravessada, também, pelo social. Fazer Avaliação Psicológica no contexto da assistência social implica, assim, considerar as variáveis sociais que atravessam o sujeito e o impedem, ou não, de ter garantidos os seus direitos socioassistenciais.

Reafirmamos a Avaliação Psicológica como atribuição a priori da(o) profissional de Psicologia, assimilando a polêmica em torno dessa questão: ao entrar em uma Política Pública essencialmente interdisciplinar, interssetorial e distante do tradicional *modus operandi* da(o) Psicóloga(o) Clínica(o), restrito ao particular, a(o) Psicóloga(o) assume conhecimentos novos, reinventa práticas e distancia-se da tendência a “subjetivar” os fenômenos. Nesse bojo, afirmar que a Avaliação Psicológica realizada no âmbito do SUAS pode gerar polêmicas, e iniciamos esse texto ressaltando que a Avaliação Psicológica não deve ser confundida com uma avaliação exclusiva de contexto clínico ou de saúde, posto que se dá nas diferentes

ambiências de atuação profissional, incluindo a assistência social, tampouco como testagem psicológica (ainda que essa possa compor parte do processo de avaliação). Ela constitui-se como uma ação de caráter explicativo acerca dos fenômenos psicológicos, a fim de subsidiar a intervenção profissional. Qualquer ação necessita de uma avaliação prévia, composta por instrumentais teóricos e metodológicos, e à(o) Psicóloga(o) cabe essa modalidade específica, sobre as quais deverá munir-se técnica e eticamente.

Os princípios éticos da assistência social coadunam com o Código de Ética do Psicólogo, na medida em que defendem o respeito e a promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A defesa desses direitos exige da(o) profissional que a execute uma postura crítica e ativa em direção a uma sociedade mais justa e igualitária¹. Essa atuação exigirá que a(o) profissional considere a sociedade em que se vive, ou seja, os fundamentos do capitalismo, o projeto político com o qual se trabalha e também a diferença entre o assistencialismo-focalização e a política de assistência social, no tripé da seguridade social brasileira.

A função da assistência social é, de acordo com a PNAS (2004), garantir a proteção social, a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais. É, portanto, uma política de inclusão social, na medida em que propõe-se a universalizar o direito à cidadania. A inclusão social é contraposta à exclusão social, fenômeno moderno que indica a diferença entre os que estão fora e dentro do circuito das possibilidades de acesso a bens e direitos. Trata-se aqui de reconhecer na sociedade uma distinção que vai além das classes sociais – os que têm e os que não têm posses – mas diz respeito à marginalidade no acesso a direitos. Assim, a exclusão social expressa a combinação de várias desvantagens que impedem o sujeito de pertencer à sociedade ou de nela ser reconhecido como sujeito de direitos, ou, conforme dito por Hannah Arendt, como alguém

¹ Previsto na Constituição Federal de 1988, que define como objetivos da República Federativa do Brasil

“provido do direito de ter direitos”. Diante desse quadro, ao afiançar seguranças² que procuram garantir o acesso e a manutenção dos sujeitos em condições de acessar bens e direitos, a assistência social combate a exclusão social. Embora não elimine as desigualdades sociais, essa política pode dar as condições necessárias para que os sujeitos entrem no circuito das institucionalidades.

A inclusão social é função primordial da política de assistência social, mas não pode ser realizada tão somente por ela; da mesma forma, o simples acesso a bens e serviços não garante a continuidade desse acesso nem a otimização de seu usufruto: o usuário da assistência social precisa de apoio, acompanhamento e articulação com as demais Políticas Públicas, como as políticas de trabalho e emprego, saúde e educação.

O objetivo da política será cumprido e realizado por toda a equipe que compõe o SUAS, de forma interdisciplinar e interssetorial. Nesse sentido, cada avaliação realizada precisa se pautar sobre a finalidade a que se propõe: a garantia de direitos, comum a todos os membros da equipe. Nesse sentido, não cabe à(o) Psicóloga(o) realizar diagnósticos psicológicos ou psicopatológicos, mas antes avaliar, diante do fenômeno apresentado, quais os recursos psicológicos individuais, familiares e comunitários que podem ser trabalhados a fim de alcançar a autonomia necessária dos sujeitos.

A violação de direitos gera sofrimento, o qual pode impedir o sujeito de encontrar maneiras de superar suas condições de desproteção social. No entanto, esse não é visto como um sofrimento de ordem individual, proveniente de desajustamentos e adaptações, mas um tipo de sofrimento determinado pela situação social da pessoa que a impede de lutar contra os cerceamentos sociais. A categoria de análise desenvolvida por Sawaia define o “sofrimento ético-político” como esse sofrimento proveniente da dialética entre inclusão e exclusão social. Em síntese, é a “a vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica ... Sofrimento que surge

² PNAS (2004), apresenta as seguintes seguranças afiançadas: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida e convívio ou vivência familiar.

da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor” (Sawaia, 1999, p. 56³).

Os instrumentos psicológicos a serem utilizados pela(o) profissional podem incluir entrevistas abertas, observação, visitas domiciliares, dentre outros. Entretanto, para uma análise mais rica e complexa, será por vezes necessária a discussão do caso em rede e a articulação com as demais Políticas Públicas. No contexto da avaliação, a(o) Psicóloga(o) analisará as funções protetivas da família e da comunidade, os vínculos estabelecidos entre os sujeitos envolvidos, as condições de acesso a bens e direitos, e principalmente estabelecerá um vínculo de confiança que permitirá o acompanhamento que garantirá o pertencimento da(o) sujeito às institucionalidades garantidas em lei.

Ressalta-se que a Psicologia no âmbito da assistência social é uma prática recente, que possui inúmeras facetas que incluirão até mesmo o sistema judiciário e o Ministério Público, e em que pese a necessidade de constante reflexão e revisão dos parâmetros técnicos e éticos de trabalho, tem demonstrado o quanto o saber próprio da Psicologia pode auxiliar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. Avaliação Psicológica no campo da educação

A educação é um contexto que sempre fez parte da Psicologia, seja na efetivação de seu regulamento como profissão, seja na possibilidade de seu crescimento como ciência. A educação se apresenta como um contexto rico em fenômenos psicológicos que demandam a construção de conhecimentos que consigam dar conta da diversidade e da qualidade de seu objeto de estudo. A realidade desse contexto diante das mazelas culturais e sociais e, por outro lado, o avanço de tecnologias, vêm interferindo diretamente no processo e nos estilos de aprendizagem, que passam a ser o foco da Psicologia.

³ SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão*. São Paulo: Vozes, 1999.

Para tanto, a Psicologia no campo da educação se vale de conhecimentos científicos sobre aspectos que envolvem o desenvolvimento humano no que diz respeito aos fenômenos afetivos, cognitivos e sociais. A Psicologia nesse campo tem um papel fundamental de buscar subsídios que facilitem a ação de educadores diante da construção da aprendizagem, seja de conteúdos sistemáticos ou assistemáticos. Ocupa-se, portanto, do sujeito em seu processo de aquisição do conhecimento inserido em diferentes sistemas que lhe servem de referência e capacitam-no em suas relações intra e interpessoais.

No que diz respeito à Avaliação Psicológica, podemos identificar dois focos principais:

2.1 - Avaliação com foco psicopedagógico

Objetivo: realizar Avaliação Psicológica para compreender o funcionamento do processo de aprendizagem, identificando a potencialidade dos processos cognitivos e os possíveis obstáculos que podem interferir no desenvolvimento da capacidade de aquisição de novos conhecimentos.

Estratégias⁴ que podem ser utilizadas nesse processo: entrevista de contrato, entrevista histórica, entrevista estruturada familiar, entrevista devolutiva, testes psicológicos, recursos completos, escalas, questionários, análise de documentos, observação, contato com instituição educacional e contato com outros profissionais.

Número de encontros: pode variar, dependendo do objetivo e dos fenômenos psicológicos envolvidos.

Local de realização: clínicas psicológicas e clínicas multiprofissionais.

2.2 - Avaliação preliminar

A(O) Psicólogo(a) que atua em instituições educacionais diante de

⁴ Estratégias aqui entendidas como todo o referencial técnico de que se dispõe para o desenvolvimento de um processo de Avaliação Psicológica.

demandas sobre o desempenho de alunos, realizará uma Avaliação Psicológica breve com o objetivo de um encaminhamento para um processo de avaliação mais específico, para uma intervenção psicoterápica ou outro encaminhamento necessário.

Objetivo: realizar Avaliação Psicológica breve de modo focado, em tempo curto para compreensão de demandas relacionadas ao funcionamento do processo de aprendizagem para posterior encaminhamento a outras modalidades de avaliação, intervenções e ou orientação.

Estratégias que podem ser utilizadas nesse processo: entrevistas, recursos complementares, análise de documentos, observação, contato com outros profissionais.

Número de encontros: pode variar, dependendo do objetivo e dos fenômenos psicológicos envolvidos.

Local de realização: instituições educacionais.

Etapas do processo de Avaliação Psicológica no campo da educação

- Recebimento da demanda (solicitação queixa, pedido, motivo, entre outros);
- Caracterização do objeto de estudo (sujeito em processo de aprendizagem);
- Análise da demanda: esclarecimento sobre o fenômeno psicológico a ser avaliado e levantamento inicial de hipóteses;
- Definição do objetivo da avaliação;
- Elaboração do planejamento técnico (estabelecimento de um método e escolha das estratégias mais adequadas a serem utilizadas). Enquadramento/contrato de trabalho;
- Aplicação do plano estabelecido;

- Levantamento, análise e interpretação dos dados obtidos com as diferentes estratégias utilizadas (dos instrumentos e técnicas aplicadas);
- Integração dos resultados dos instrumentos e técnicas/pensamento clínico integrativo;
- Elaboração de enquadramento teórico correlacionado aos resultados analisados;
- Elaboração de síntese conclusiva do processo de avaliação realizado;
- Estabelecimento de proposta de intervenção;
- Elaboração de documento conclusivo da avaliação realizada;
- Escolha de metodologia adequada para a devolução dos resultados;
- Devolução de resultados.

Considera-se que é indispensável à(o) Psicóloga(o) que atua no campo da educação, que tenha seu campo de estudos constituído pela análise psicológica de todas as facetas e sistemas da realidade educativa, ou seja, pela análise psicológica dos processos educativos que permitem a qualidade da construção da aprendizagem. Sua formação para atuar nesse campo deve contemplar cursos que, além de facilitarem seu entendimento nos requisitos básicos do processo de conhecer em Avaliação Psicológica, o subsidiem em relação ao instrumental técnico específico para o foco psicopedagógico.

3. Avaliação Psicológica no campo da saúde

Contexto Clínico

Embora a Psicologia tenha, ao longo de sua trajetória, se constituído como uma ciência e uma profissão, o contexto clínico ainda

carrega estereótipos que sinalizam a grande influência médica na sua representação social. A própria etimologia do termo clínica, que tem um significado relacionado com “a beira do leito”, tem uma forte relação com um profissional que cuida do doente e do fragilizado, o que de certa forma generaliza o modelo médico para um campo de conhecimento e de prática. A demanda por esse contexto, muitas vezes, se caracteriza por uma busca de soluções mágicas para a cura de doenças, sejam elas denominadas como psíquicas, mentais, transtornos, entre outros.

Diante das emergências sociais, portanto, é fundamental que esse contexto priorize um raciocínio direcionado para diferentes demandas frente à caracterização de práticas clínicas que priorizem o desenvolvimento da saúde mental com um interesse voltado para o contexto social. Dessa forma, é fundamental que a(o) Psicóloga(o) que atua nesse campo consiga ressignificar sua concepção de homem e de mundo, construindo novas interpretações para os axiomas teóricos que norteiam a prática do psicodiagnóstico e das psicoterapias.

É nessa direção, portanto, que a prática da Avaliação Psicológica no contexto clínico estabelece um compromisso com uma visão idiosincrática, onde o pensamento linear dá lugar para o entendimento circular e contextualizado do fenômeno psicológico. A simples classificação nosológica deixa de ocupar o espaço de principal norteador da Avaliação Psicológica, que passa a ser ocupado pela possibilidade de a(o) Psicóloga(o) estabelecer uma inteligibilidade lógica a realidade humana.

3.1 Psicodiagnóstico

Objetivo: realizar Avaliação Psicológica individual para conhecer o funcionamento dos aspectos intra e interpessoais que caracterizam a estrutura da personalidade de um sujeito. É uma Avaliação

5 Estratégias aqui entendidas como todo o referencial técnico de que se dispõe para o desenvolvimento de um processo de Avaliação Psicológica

Psicológica que pressupõe propósitos clínicos, onde, segundo Cunha (2000), há identificação de forças e fraquezas do funcionamento psicológico com um foco na existência ou não de psicopatologia.

Há uma certa confusão entre Avaliação Psicológica e psicodiagnóstico. Alguns profissionais costumam utilizar essas denominações como se elas se equivalessem; empregam então, indiferentemente, um e outro termo. De fato, psicodiagnóstico constitui uma das formas que toma a Avaliação Psicológica, mas não a única (Poelman, s/d).

Estratégias⁵ que podem ser utilizadas nesse processo: entrevista de contrato, entrevista histórica, entrevista estruturada familiar, entrevista devolutiva, testes psicológicos, recursos complementares, escalas, questionários, análise de documentos, observação, contato com outros profissionais.

Número de encontros: pode variar, dependendo do objetivo e dos fenômenos psicológicos envolvidos.

Contextos e demandas: instituições que prestam serviços psiquiátricos (exame do estado mental, identificação de transtornos de personalidade); instituições jurídicas (perícias em processos judiciais cíveis ou criminais); clínicas psicológicas ou multiprofissionais (diferentes demandas, como médicos, educadores, juízes, advogados, procura espontânea, etc.).

Sujeitos do psicodiagnóstico: crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Nomenclaturas: avaliação neuropsicológica, Avaliação Psicológica do estresse, Avaliação Psicológica da dor, perícia forense, Avaliação Psicológica para diferentes demandas de cirurgias, ludodiagnóstico etc.

Etapas do processo de Avaliação Psicológica no contexto clínico:

- Recebimento da demanda (solicitação queixa, pedido, motivo, entre outros);

- Caracterização do objeto de estudo (crianças, adolescente, adultos e idosos);
- Análise da demanda – esclarecimento sobre o fenômeno psicológico a ser avaliado e levantamento inicial de hipóteses;
- Definição do objetivo da avaliação;
- Elaboração do planejamento técnico (estabelecimento de um método e escolha das estratégias mais adequadas a serem utilizadas);
- Enquadramento/contrato de trabalho;
- Aplicação do plano estabelecido;
- Levantamento, análise e interpretação dos dados obtidos com as diferentes estratégias utilizadas (dos instrumentos e técnicas aplicadas);
- Integração dos resultados dos instrumentos e técnicas/pensamento clínico integrativo;
- Elaboração de enquadramento teórico correlacionado aos resultados analisados;
- Elaboração de síntese conclusiva do processo de avaliação realizado;
- Estabelecimento de proposta de intervenção;
- Elaboração de documento conclusivo da avaliação realizada;
- Escolha de metodologia adequada para a devolução dos resultados;
- Devolução de resultados.

Formação necessária à(o) profissional Psicóloga(o) que realiza Avaliação Psicológica no contexto clínico

A(O) Psicóloga(o) que desenvolve a prática do psicodiagnóstico

deverá dominar conteúdos fundamentais que caracterizam as abordagens teóricas da Psicologia: teoria do desenvolvimento e teorias da personalidade.

Deve ter conhecimento aprofundado sobre a psicopatologia, conhecendo a descrição nosológica das patologias da personalidade, fundamentadas em manuais científicos.

Construir uma prática pautada na experiência clínica instrumentalizada a partir de uma formação pessoal que lhe confira competência profissional. Sua formação para atuar nesse campo da Avaliação Psicológica deve contemplar cursos que, além de facilitarem seu entendimento nos requisitos básicos do processo de conhecer em Avaliação Psicológica, o subsidiem em relação ao instrumental técnico específico para o foco do psicodiagnóstico.

3.2 Avaliação Psicológica pré-cirúrgica

Nos últimos anos, a(o) profissional da Psicologia tem sido solicitado a atuar mais intensamente na área da saúde, complementando com sua práxis a busca da saúde integral dos indivíduos. Desenvolveram-se intensamente as interfaces com a área médica, em diversas especialidades, que buscam ativamente a participação das(os) Psicólogas(os) em suas decisões a respeito das condições médicas de seus clientes e familiares.

Entendendo que o ser humano é muito mais do que um corpo físico, o atendimento integral à saúde é indiscutível, tornando imprescindível a presença de diversos profissionais que venham a contribuir para um atendimento efetivo na área da saúde.

Dessa forma, a Psicologia foi convidada a comparecer com sua contribuição na investigação e intervenção no potencial sofrimento psíquico que implica o adoecer e ter que cuidar-se.

Assim, de acordo com esse entendimento, temos hoje Psicólogas(os) atuando em equipes interdisciplinares, desenvolvendo serviços voltados à promoção da saúde e da qualidade de vida, tais como em hospitais, serviços pré e pós-operatórios, convênios médicos, postos de saúde, serviços particulares e outros.

Também os serviços desenvolvidos são muitos: orientação e acompanhamento do cliente e familiares em relação às situações médicas específicas, promoção de trabalhos em qualidade de vida, com grupos de idosos, gestantes, dependentes químicos, doentes crônicos serviços de aconselhamento, etc.

Também, no contexto de Avaliação Psicológica, as(os) Psicólogas(os) têm sido solicitados a oferecerem sua contribuição ao contexto da cirurgia bariátrica, assim como há Psicólogas(os) que atuam em transplantes ou cirurgias de maior porte. Também nas cirurgias de redesignação de sexo, laqueadura e vasectomia está prevista a Avaliação Psicológica prévia ao procedimento.

No caso da Avaliação Psicológica para cirurgia bariátrica, as principais normativas e resoluções que a definem são as seguintes:

- Resolução nº 2131/2015 – Conselho Federal de Medicina;
- Portaria nº 390/2005 – Ministério da Saúde;
- Portaria nº 425/2013 – Ministério Da Saúde – Anexo I;
- Resolução nº 07/2003 – Conselho Federal de Psicologia.

No que se refere às outras Avaliações Psicológicas pré-cirúrgicas, algumas já têm prerrogativa legal, como no caso da Redesignação de Sexo, para fins de vasectomia e laqueadura.

No caso da cirurgia de redesignação de sexo, as principais legislações são as seguintes:

1. Resolução nº 1955/2010 – Conselho Federal de Medicina: dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo;

2. Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans – Conselho Federal de Psicologia.

De forma geral, há similaridades na abordagem da Avaliação Psicológica pré-cirúrgica nos mais diferentes contextos onde ela ocorre atualmente. Os objetivos gerais guardam certa semelhança entre si, variando no que se refere aos procedimentos e métodos empregados, assim como nas especificidades do contexto, obviamente.

Quais são as similaridades? Genericamente, o que se pede às(os) Psicólogas(os) é que avaliem e estimem de forma objetiva as possibilidades de sucesso na cirurgia, ou seja, que sejam feitas indicações sobre as condições psicológicas que são favoráveis a um melhor resultado possível e aquelas que possam se constituir em restrições ao êxito do procedimento cirúrgico.

Existem definições legais em relação a esses procedimentos cirúrgicos, apresentados mais adiante, que devem ser primariamente observados pelas(os) Psicólogas(os), já que trazem critérios sobre as indicações e contra-indicações que devem ser detectadas a partir de um processo de Avaliação Psicológica.

Podemos centrar nossa análise no campo da cirurgia bariátrica, recurso que cada vez mais tem sido utilizado para o tratamento da obesidade, estimando-se o número de 88 mil cirurgias realizadas no ano de 2014 no Brasil, de acordo com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (Sbcbm) e uma fila de espera de milhares de indivíduos no Sistema Único de Saúde brasileiro. Consistente alternativa ao tratamento da obesidade mórbida, entendida atualmente como o melhor recurso para a conquista da qualidade de vida desses pacientes.

No caso da cirurgia bariátrica, a(o) profissional Psicóloga(o) atua preventivamente, a partir da solicitação médica, na identificação de problemáticas ou conflitos psicológicos que possam trazer problemas para a evolução da recuperação do paciente, assim como intervir naquelas questões que possam ser tratadas para a prevenção

do insucesso causado por essas variáveis. Com toda certeza, os aspectos psicológicos relacionados ao processo de emagrecimento graças à cirurgia são muito importantes, e podem alterar em muito o quadro final de sucesso da mesma.

Todo candidato à cirurgia deve ser avaliado psicologicamente para investigar quais os recursos psíquicos de que poderá dispor para o enfrentamento das dificuldades advindas dessa cirurgia, tais como a modificação rápida e drástica da imagem corporal, a modificação do estilo de vida, a reeducação alimentar necessária, os prejuízos de saúde advindos da cirurgia (possíveis intolerâncias alimentares, vômitos constantes, anemia, reposição de vitamínicos ou outros). Para essa avaliação, normalmente a(o) Psicóloga(o) utiliza-se de entrevistas e testes psicológicos que indiquem com clareza e objetividade a real situação emocional do candidato. Também se verifica, no momento da avaliação, o grau de consciência e conhecimento do candidato sobre a cirurgia e os impactos que sofrerá, verificando se o mesmo demonstra condições psicológicas de administrar adequadamente as situações que lhe serão impostas pelo procedimento cirúrgico e posterior emagrecimento.

As técnicas de avaliação mais indicadas para a execução desse processo avaliativo são aquelas que nos oferecem informações a respeito da personalidade e do comportamento do sujeito, tais como Teste HTP – Casa, Árvore e Pessoa; Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister; Teste de Zulliger – Sistema Compreensivo; Bateria Fatorial de Personalidade (BFP) e outros, a critério da(o) Psicóloga(o) que faz a avaliação. Entendendo-se a Avaliação Psicológica como um processo de construção do conhecimento acerca do avaliado, obviamente a pesquisa da vida pessoal e do comportamento do mesmo, através de entrevistas psicológicas, é primordial. Assim, ao final da avaliação, a(o) Psicóloga(o) terá informações suficientes para realizar o prognóstico do caso, afirmando ou não a condição do mesmo para se submeter ao procedimento cirúrgico, através da elaboração do documento oficial, denominado laudo ou relatório de Avaliação Psicológica, atendendo às premissas da Resolução CFP nº 007/2003 do Conselho Federal de Psicologia.

A partir do processo de avaliação, realizado da forma mais cuidadosa possível, a(o) Psicóloga(o) poderá contraindicar a cirurgia, em se tratando dos casos definidos, tais como: doenças psiquiátricas graves sem controle, dependência de químicos ou problemáticas intelectuais, condições essas definidas pelas normativas que regulamentam os procedimentos de avaliação.

A(O) profissional Psicóloga(o) também desenvolve serviços nos momentos pré-cirúrgicos e pós-cirúrgicos, acompanhando e orientando o candidato à cirurgia em seu processo de decisão pela mesma, assim como, posteriormente, auxiliando o cliente a adaptar-se a um novo estilo de vida, diferente do anterior, e prevenindo o possível estabelecimento de novos canais para a compulsão alimentar (transferência da compulsão para o álcool, drogas, sexo, compras, etc.).

Assim, o trabalho psicológico nessa área pode ser realizado em diferentes momentos, com diferentes objetivos, mas de forma geral, a(o) Psicóloga(o) auxilia no processo de mudança do cliente, verificando riscos e orientando para a melhor condução da situação, por fim, oferecendo um suporte profissional que irá favorecer psicologicamente a reorganização da nova etapa de vida do cliente, em um corpo inevitavelmente diferente.

A Resolução nº 1955/2010 do CFM estabelece que a seleção de pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá à avaliação de equipe multidisciplinar, constituída por diversos profissionais, entre eles a(o) Psicóloga(o), e que deverá haver pelo menos dois anos de acompanhamento por parte dessa equipe para o preparo do candidato à cirurgia.

A respeito da previsão da Avaliação Psicológica para vasectomia e laqueadura, a Lei do Planejamento Familiar nº 9263/1996 afirma que é obrigação do governo disponibilizar orientações e métodos anticoncepcionais para os cidadãos, prevendo a possibilidade de esterilização de homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade, com dois filhos vivos. Assim, alguns hospitais e serviços médicos particulares solicitam a

Avaliação Psicológica prévia desses sujeitos, especialmente para verificar a adequada e correta decisão do interessado.

É preciso ressaltar a importância do conhecimento mais amplo possível, por parte das(os) Psicólogas(os), do contexto no qual pretendem atuar no papel de avaliadoras(avaliadores). O máximo de informações a respeito das questões psicológicas envolvidas nas situações que serão vivenciadas pelos pacientes é determinante para a qualificação técnica e a correta atuação da(o) Psicóloga(o) na área da saúde.

Necessariamente, a(o) Psicóloga(o) que se propõe a atuar nesses contextos, deve demonstrar domínio teórico e prático sobre técnicas de Avaliação Psicológica, assim como exibir conhecimentos sólidos sobre processos de Avaliação Psicológica e entrevistas, partindo-se sempre da autoanálise ética a respeito de suas competências para assumir ou não essas tarefas.

Muito embora todos os psicólogos registrados no Conselho Regional de Psicologia estejam legalmente habilitados a realizar avaliações psicológicas de qualquer natureza, o profissional deve considerar e avaliar se realmente tem o conhecimento teórico e prático suficiente para realizar uma avaliação psicológica específica. Essa talvez seja a primeira decisão ética que o psicólogo deve tomar antes de iniciar um processo de avaliação psicológica. “Estou preparado para fazer isso?” “Conheço a área?” “Tenho experiência suficiente?” “Sei quais são os testes mais apropriados para serem usados nessa avaliação?” “Conheço bem esse(s) teste(s) e a teoria que o(s) embasa(m)?” Se a resposta a qualquer uma dessas perguntas for “não”, ou “não sei”, ou “não tenho certeza”, o profissional deve recusar a avaliação ou, no mínimo, procurar supervisão (Hutz, 2015).

Também é necessário lembrar que qualquer Avaliação Psicológica na área da saúde deve apresentar, como produto final, um documento oficial, que será entregue ao próprio avaliando, ao médico ou à equipe multidisciplinar. Dessa maneira, é primordial que a(o) Psicóloga(o) tenha adquirido a competência de comunicação escrita através da redação de documentos legais, no formato determinado pela resolução específica, analisando com cuidado as informações a serem apontadas, assim como observando os direitos do avaliado,

evitando a exposição desnecessária de informações íntimas ou privadas, irrelevantes para a situação.

É sabido que essas novas áreas de atuação carecem de maior fundamentação científica a respeito dos procedimentos ou técnicas utilizados, assim como a respeito dos critérios de sucesso ou insucesso dos candidatos. Verifica-se a ausência de protocolos ou consensos de avaliação, havendo poucos estudos ou pesquisas que possam orientar adequadamente a prática da Avaliação Psicológica nesses contextos. É premente que se desenvolva o interesse dos temas abordados para a realização de pesquisas científicas, especialmente no que tange aos critérios de indicação ou não das cirurgias em questão. Estudos sobre perfis de personalidade, assim como estudos de casos de insucesso são essenciais para nortear o trabalho cada vez mais qualificado nesses novos contextos.

3.3 Avaliação neuropsicológica

A neuropsicologia é uma área de interface entre a Psicologia e a neurologia, que estuda as relações entre o sistema nervoso central, as funções cognitivas e o comportamento humano.

O neuropsicólogo é um profissional especializado que utiliza diferentes instrumentos padronizados, métodos e técnicas para investigar tanto o funcionamento normal, como possíveis alterações e disfunções do sistema nervoso. Frequentemente, atua no âmbito da pesquisa e da prática clínica, com foco na investigação e tratamento. Nesse sentido, pode trazer contribuições à todas as faixas etárias e para diferentes populações clínicas. Por essa abrangência, está cada vez mais em evidência, servindo como área de conhecimento a diferentes áreas da saúde.

Ao fornecer subsídios para investigar a compreensão do funcionamento intelectual, cognitivo e emocional dos pacientes, a neuropsicologia pode instrumentar diferentes profissionais, entre eles Psicólogos(os),

médicos (neurologistas, neuropediatras, geriatras, psiquiatras), fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, entre outros, promovendo uma intervenção terapêutica mais eficiente.

A formação para atuar em neuropsicologia é bastante complexa e não existe um caminho único e padrão. A neuropsicologia não é uma área exclusiva da Psicologia, o que amplia ainda mais os caminhos para a formação.

Primeiramente, são necessários conhecimentos aprofundados sobre o funcionamento cognitivo e sua correlação com o funcionamento cerebral, sobre patologias que envolvem o sistema nervoso central e sobre os instrumentos utilizados em cada contexto da atuação neuropsicológica.

Para a(o) Psicóloga(o), o título pode ser atribuído aos que tenham comprovada formação na área e no tema, a partir de verificações do conhecimento por meio de provas organizadas pelo CFP ou cursos de especialização reconhecidos pelo MEC.

A Resolução do CFP nº 013/2007 conceitua como Neuropsicólogo o “especialista em Psicologia” com competência para avaliar, acompanhar, tratar e realizar pesquisa da cognição, das emoções, da personalidade e do comportamento sob o enfoque da relação entre esses aspectos e o funcionamento cerebral, baseado em conhecimentos validados das neurociências e pela prática clínica.

Para Lezak (1995) a neuropsicologia é a ciência dedicada a estudar a expressão comportamental das disfunções cerebrais.

O neuropsicólogo hoje é um profissional que atua em diversas instituições, estando entre os principais locais a área clínica (avaliação e reabilitação), hospitais (avaliação e reabilitação por meio de protocolos específicos para diferentes populações clínicas, avaliações pré e pós-cirúrgicas), instituições acadêmicas (pesquisa, docência), juizados (avaliação e perícia), atendimentos domiciliares (reabilitação).

Pela complexidade dos aspectos que envolvem a Neuropsicologia não existem procedimentos-padrão que possam ser aplicados a

todos os pacientes, especialmente pela ampla variedade de quadros clínicos que podem ser encaminhados ao neuropsicólogo.

A avaliação neuropsicológica de cada paciente é um processo investigativo individualizado, que se inicia pela formulação de hipóteses após a realização da anamnese, levando em conta as necessidades particulares de cada paciente e as características do caso. A partir daí, são definidos quais instrumentos e procedimentos poderão ser utilizados, o que, em muitas situações, requer muito estudo e planejamento por parte da(o) profissional.

O diagnóstico em neuropsicologia é realizado por meio do uso de diversos procedimentos, entre eles a entrevista, a observação, o uso de instrumentos psicológicos formais e informais, de instrumentos neuropsicológicos, questionários, e escalas, entre outros.

Como ressalta Mader-Joaquim (2010), “A avaliação neuropsicológica consiste no método de investigar as funções cognitivas e o comportamento. Trata-se da aplicação de técnicas de entrevista, exames quantitativos e qualitativos das funções que compõem a cognição (...). Há métodos considerados clássicos e outros ainda em construção” (Mader-Joaquim, 2010, p.47).

A escolha dos instrumentos é algo que requer muito conhecimento e responsabilidade por parte do neuropsicólogo, não apenas acerca dos testes psicológicos e neuropsicológicos, mas acerca dos quadros clínicos investigados, para que possa ser estabelecido o protocolo e/ou procedimentos mais adequados a cada paciente.

Os recursos utilizados nas avaliações neuropsicológicas são muito diversos e são baseados em instrumentos clássicos da Psicologia (como os testes de inteligência) e neuropsicologia (instrumentos específicos para avaliação das funções cognitivas, amplamente referendados na literatura mundial, em estudos com diferentes populações clínicas). Para a utilização com a população brasileira, estudos de adaptação e padronização precisam ser realizados, o que tem sido feito de maneira cada vez mais frequente por laboratórios de neuropsicologia, neurologia e psicometria e diversos grupos de

pesquisa, muitos realizados por meio de pesquisas de mestrado e doutorado e publicados em artigos científicos de revistas conceituadas no meio acadêmico.

Os instrumentos psicológicos como WISC, WAIS, Figura de Rey, etc. podem trazer grandes contribuições à avaliação neuropsicológica. Entretanto, não são capazes de abarcar toda a gama de funções cognitivas que necessitam ser investigadas, em muitos casos, ao se realizar uma avaliação neuropsicológica completa, além do fato de que muitos instrumentos não são exclusivos da Psicologia.

No contexto da avaliação, o neuropsicólogo investigará o desempenho do paciente em diferentes tarefas cognitivas que envolvam atenção, memória, funções executivas, funções verbais, visuoespaciais e motoras, além do humor e habilidades acadêmicas, associando esse desempenho aos dados trazidos por meio da entrevista com o paciente e sua família, aos episódios clínicos ou pessoais vivenciados pelo paciente, a sua capacidade funcional e à interferência dos sintomas em suas atividades cotidianas.

Vale ressaltar que, por mais importantes que os testes sejam para a avaliação neuropsicológica, ela não se resume a isso, pois o fundamental é a interpretação cuidadosa dos resultados somada à análise da condição atual do paciente e ao impacto em suas atividades de vida diária e instrumentais. Somente com base nessa compreensão global é possível sugerir um diagnóstico do perfil neuropsicológico que possa contribuir com as demais avaliações realizadas pelo paciente e orientá-lo da melhor forma possível, visando sempre a uma melhor qualidade de vida.

A partir da avaliação neuropsicológica também é possível estabelecer os encaminhamentos mais oportunos e indicar a reabilitação neuropsicológica nos casos em que se faça necessário. De acordo com Wilson (2011), a reabilitação é aplicada por meio de intervenções estratégicas ou técnicas com o objetivo de capacitar o paciente e seus familiares a reduzirem, adaptarem e compensarem déficits cognitivos ocasionados por uma lesão ou distúrbio cerebral. Os

treinos cognitivos podem trazer ganhos positivos em muitos casos, contudo, o mais importante é buscar que esses ganhos sejam generalizáveis à vida do paciente e que se priorize sempre a melhora da qualidade de vida dele e de seus familiares.

Destaca-se, ainda, a participação do neuropsicólogo em pesquisas, tanto na elaboração, adaptação e padronização de instrumentos, como também áreas de inserção do neuropsicólogo ainda emergentes como pesquisas clínicas e no uso de exames de imagem, como a Ressonância Magnética Funcional (fMRI).

No contexto das pesquisas clínicas como, por exemplo, em pesquisas que tem como objetivo o desenvolvimento de novas moléculas terapêuticas para tratamento de diferentes patologias e verificação de sua eficácia e segurança, o neuropsicólogo, geralmente, contribui com avaliações e interpretações clínicas de diferentes quadros investigados como foco da pesquisa (como demências, epilepsia, acidente vascular encefálico, depressão), aplicando escalas, questionários, entrevistas e testes neuropsicológicos que compõem o protocolo da pesquisa.

Quanto aos exames de imagem, o neuropsicólogo auxilia no mapeamento de determinadas áreas relacionadas a atividades cognitivas específicas, como por exemplo, associação de palavras relacionadas a determinadas categorias fonéticas ou semânticas, recordação de listas de palavras durante o exame, entre outras.

Ressalta-se que a Neuropsicologia é um campo emergente, com grandes possibilidades de atuação para as(os) Psicólogas(os). Contudo, que envolve uma atuação interdisciplinar e que necessita de muito e constante estudo por parte da(o) profissional, bem como responsabilidade para atuar em áreas nas quais tenha o conhecimento suficiente e necessário, possibilitando uma real contribuição para o diagnóstico e tratamento, bem como para a expansão da área e dos recursos técnicos por meio de pesquisas levadas com a seriedade e a competência necessárias, diante de toda essa complexidade.

3.4 Avaliação Psicológica no contexto hospitalar

A atuação da(o) Psicóloga(o) no contexto hospitalar pode ocorrer tanto com pacientes internados como, também, mediante atendimentos ambulatoriais, em consultas especializadas.

Durante a internação hospitalar, a Avaliação Psicológica pode ser solicitada por diferentes profissionais da área de saúde, dependendo do fluxo estabelecido em cada instituição. Uma das formas é o pedido de interconsulta. Esse termo se refere à atuação de um profissional da saúde mental que irá avaliar e, posteriormente, indicar um tratamento para pacientes que estão sob cuidados de outros especialistas (Botega, 2006). A partir de sua avaliação, a(o) Psicóloga(o) poderá auxiliar no diagnóstico do paciente, na condução do tratamento de problemas psicológicos, neuropsicológicos, psicossociais e interpessoais decorrentes ou não da situação de internação, além de fornecer orientações e realizar trabalho psicoeducativo com pacientes e familiares.

A avaliação de um paciente admitido nas unidades de internação de um hospital tem características peculiares em função das particularidades do ambiente hospitalar, bem como particularidades relacionadas ao paciente, que vive um momento delicado devido às próprias angústias relacionadas à internação.

Entre os procedimentos realizados nesse contexto, destaca-se a entrevista, que muitas vezes será semiestruturada em virtude das características da população clínica atendida. Uma entrevista detalhada e bem conduzida permitirá à(o) Psicóloga(o) obter informações essenciais para a elaboração de suas hipóteses e, posteriormente, o diagnóstico clínico, psicopatológico e/ou neuropsicológico. Existem instrumentos específicos desenvolvidos para a utilização no contexto hospitalar que poderão auxiliar a(o) profissional na realização de sua avaliação. A maior parte desses instrumentos não é de uso exclusivo da Psicologia, sendo desenvolvido para a utilização por profissionais da área da saúde que atuam com pacientes hospitalizados. Entre eles, pode-se destacar o Mini Exame do Estado

Mental (MEEM) (Folstein et al, 1975), a versão brasileira da MoCA (*Montreal Cognitive Assessment*) (Sarmiento, 2009) e a Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (Marcolino et al, 2007; Botega et al, 1995; Zigmond&Snaith, 1983).

O desenvolvimento de protocolos de avaliação específicos a determinadas populações clínicas e/ou determinados serviços especializados, bem como a uniformização de condutas entre as(os) profissionais no campo da Psicologia Hospitalar pode trazer grandes benefícios para o desenvolvimento e consolidação da Psicologia Hospitalar, para que esses instrumentos e/ou procedimentos estejam disponíveis e possam beneficiar o maior número possível de pacientes, para que essas condutas se consolidem e que estudos possam ser replicados para confirmar a validade das mesmas, demonstrada por meio de pesquisas.

Em relação à atuação no nível ambulatorial, a(o) Psicóloga(o) poderá, por meio da Avaliação Psicológica, identificar e caracterizar o sofrimento psíquico nos pacientes e familiares, auxiliar na elaboração diagnóstica e procurar minimizar por meio de tratamento tecnicamente orientado as angústias decorrentes do adoecimento, compreender as representações mentais dos pacientes e familiares acerca do ambiente hospitalar, equipe médica e tratamento, realizar Avaliação Psicológica e neuropsicológica visando à identificação, por exemplo, de possíveis sequelas de afecções do Sistema Nervoso Central (SNC), além de oferecer suporte e colaborar com as equipes multiprofissionais no atendimento ao paciente (Barros Neto et al., 2008).

A partir da Avaliação Psicológica do paciente, pode-se identificar quais as possibilidades de atuação para com ele e seus familiares, como propiciar ao paciente uma melhor adesão ao tratamento médico, minimização do sofrimento causado pela hospitalização e por eventuais sequelas emocionais decorrentes desse processo, compreensão de sua condição clínica e aceitação do paciente e familiares, diagnóstico e orientações específicas nos ambulatórios especializados, entre outros.

De acordo com Capitão et al. (2005), a Avaliação Psicológica de pacientes em contextos de saúde pode incluir diferentes procedimentos de medidas, identificar dimensões específicas do sujeito, do seu ambiente e da relação entre eles. Dessa forma, entende-se que o desenvolvimento de protocolos de avaliação de pacientes é fundamental para o desenvolvimento de linhas de tratamento mais eficientes.

A atuação no contexto hospitalar é multiprofissional, envolvendo profissionais de diversas áreas da saúde, entre eles médicos, enfermeiros, nutrólogos, Psicólogas(os), assistentes sociais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, com o objetivo de proporcionar uma assistência global ao paciente e permitir a contribuição científica e metodológica de cada uma dessas áreas.

A(O) Psicóloga(o) deve buscar sempre se inserir na equipe de saúde, compreendendo o funcionamento e regras da instituição em que está atuando e buscando constantemente redefinir seus limites de atuação profissional e repensar sua prática, objetivando o aprimoramento nesse campo de atuação tão singular e em constate modificação.

Apesar do crescimento dessa área da Psicologia nos últimos anos e do crescente número de publicações e referências sobre essa prática, em muitas instituições ainda se observa a ausência da(o) profissional da Psicologia, número reduzido de profissionais que não conseguem atender ao grande número de demandas e desconhecimento dos profissionais das possibilidades de atuação da(o) Psicóloga(o) no contexto hospitalar.

Em relação à titulação, a concessão do título de especialista pelo Conselho é regulamentada pela Resolução CFP nº 013/2007.

O título de especialista em Psicologia é uma referência à maior dedicação da(o) profissional na área da especialidade, não se constituindo condição para o exercício profissional de Psicóloga(o).

A última prova para concurso de título de especialista em Psicologia Hospitalar foi realizada durante o 9º Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, no dia 25 de agosto de 2013.

Atualmente, há uma discussão entre o Conselho Federal de Psicologia e a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar com o objetivo de avançar na parceria entre ambas e rediscutir a melhor forma de realização das provas de título.

Destaca-se, contudo, que a(o) profissional poderá obter o título de especialista em Psicologia Hospitalar ao realizar cursos de especialização nessa área que sejam reconhecidos pelo MEC ou certificados de residência que comprovem a atuação predominante nesse contexto.

4. Avaliação Psicológica no campo organizacional e do trabalho

A aplicação da Avaliação Psicológica no contexto organizacional e do trabalho não é recente e, com o passar do tempo, foi demarcando seu espaço e sua importância nesse contexto.

Dentre as mais tradicionais e principais atividades realizadas nesse contexto, encontram-se a análise do perfil profissiográfico, seleção de pessoal, readaptação funcional, avaliação de desempenho, avaliação e validade dos treinamentos realizados e o diagnóstico organizacional.

No entanto, atualmente, a Avaliação Psicológica no contexto organizacional e do trabalho vem passando por mudanças, buscando ampliar o número de pesquisas realizadas, as quais ainda se mostram escassas. Há interesse em novas temáticas, direcionadas às relações de trabalho e à saúde psíquica do trabalhador, indo além do papel tradicional de recrutamento e seleção de pessoas.

A dimensão técnica da Avaliação Psicológica é valorizada nesse contexto, pois os profissionais usam rotineiramente a observação, entrevistas, questionários, dinâmica de grupo, provas e testes situacionais. Principalmente, os testes psicológicos, são utilizados na maioria das atividades exercidas pela(o) Psicóloga(o) que faz a avaliação, porém faz-se necessário alertar que poucos instrumentos

válidos de acordo com a listagem do Satepsi, possuem estudos psicométricos específicos para o contexto organizacional e do trabalho, carecendo de mais investigação científica.

Deve-se buscar aprofundar a compreensão sobre a medida de fenômenos psicológicos de forma individual, em grupos ou do ambiente de trabalho, com embasamento de uma perspectiva teórica válida. Conhecimentos considerados como importantes para atuar nessa área, especificamente realizando Avaliação Psicológica.

Considerando as especificidades da atuação profissional na realização de avaliações nesse contexto, a(o) profissional deverá se fundamentar primordialmente na Psicologia como ciência e profissão, articulando com os conhecimentos multidisciplinares presentes em uma organização como, por exemplo, da área da administração, o que proporcionará uma atividade profissional ética e técnica.

Dessa forma, a Avaliação Psicológica nesse contexto pode ser considerada como uma ferramenta valiosa para amparar tomadas de decisões, pois quando utilizada de forma apropriada, respaldada por instrumentos e métodos de avaliação válidos e fidedignos, proporcionará benefícios para os indivíduos, para as organizações e para a sociedade.

5. Avaliação Psicológica no campo do trânsito

Atualmente a Avaliação Psicológica no contexto do trânsito tem se limitado à avaliação das condições psicológicas para dirigir um veículo automotor. Desde que passou a vigorar o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), através da Resolução nº 080/1998 do Contran, passou-se a usar as denominações “Avaliação Psicológica pericial no trânsito” e “psicólogo perito examinador de trânsito”. Nessa resolução também foram definidos os fenômenos psicológicos que deveriam ser aferidos para qualificar o candidato à Carteira Nacional de Habilitação (CNH), bem como os pareceres emitidos por essas(es) profissionais Psicólogos(as). Em 2008, essa resolução do Contran-

foi revogada pela Resolução nº 267/2008, que indicava avanços na descrição dos processos psíquicos a serem investigados, bem como os procedimentos a serem usados. Por sua vez, essa resolução foi revogada pela Resolução nº 425/2012 do Contran, atualmente em vigor, que determina uma série de quesitos a serem avaliados com qualidade técnica e ética, determinados pela Resolução do CFP nº 007/2009, após alterada pela resolução CFP nº 009/2011. Todas essas alterações foram motivadas por questionamentos acerca da sua prática e validade, demonstrando-se uma área que demanda de mais, e constantes pesquisas.

Essas resoluções têm por objetivo nortear a prática das(os) Psicólogas(os) que atuam nessa área. O trabalho da(o) Psicóloga(o) especialista em trânsito está vinculado à dinâmica institucional dos órgãos públicos de trânsito, como o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), que representam a esfera federal, e os órgãos públicos estaduais, como a Secretaria de Segurança Pública dos Estados (SSP) e o Departamento de Trânsito (Detran). Dessa forma, o trabalho da(o) Psicóloga(o) é norteadado, pelos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, assim como pelas estruturas normativas federais e estaduais dos órgãos de trânsito.

No Estado do Paraná, as avaliações psicológicas são realizadas nas Clínicas de Avaliação de Condutores, sendo que essas são constantemente orientadas e fiscalizadas pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP) e pelo Detran-PR a realizarem a Avaliação Psicológica atendendo rigorosamente às diretrizes das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Vale ressaltar que a normatização dessa prática é preconizada para a nossa Federação, porém, a dinâmica dessa sofre variações em razão das orientações e exigências impostas em cada estado pelo órgão competente.

É importante destacar que a Avaliação Psicológica, deve ser entendida como um processo compreensivo, que tem por objetivo o conhecimento e o prognóstico do comportamento de um determinado

indivíduo. Esse processo de investigação deve se pautar em objetivos claros e ser realizado com ética e profissionalismo, observando-se as definições legais preconizadas e o grau de conhecimento científico desenvolvido para a atuação mais consistente e justa. O objetivo da(o) profissional que realiza Avaliação Psicológica no trânsito deve ser a identificação das condições psicológicas mínimas para o condutor de um veículo automotor não comprometer a segurança no trânsito. A investigação dos fenômenos psicológicos, das capacidades gerais e específicas do indivíduo, deve proporcionar indicadores para a tomada de decisão em relação às condições de esse indivíduo estar apto ou inapto para dirigir. Dessa maneira, os profissionais de Psicologia atuam de forma preventiva e preditiva no processo de Avaliação Psicológica, buscando interferir para que os motoristas não se exponham a situações de perigo.

De acordo com a Resolução do Contran nº 425/2012 e Resoluções CFP nº 007/2009 e nº 009/2011, considera-se “candidato” a pessoa que se submete à Avaliação Psicológica para a obtenção da CNH, renovação, adição ou mudança de categoria. Nesse processo de Avaliação Psicológica, são avaliados e aferidos por meio de métodos e técnicas psicológicas com base científica reconhecida, uma série de funções psicológicas, traços de personalidade e aspectos comportamentais. Seguindo as resoluções na íntegra, no estado do Paraná, o processo de Avaliação Psicológica faz uso de entrevista e testes psicológicos, assim como observação do comportamento do candidato, o que vem a possibilitar maior qualidade técnica ao processo avaliativo. Como em qualquer outro contexto de Avaliação Psicológica, a(o) Psicóloga(o) avaliadora(avaliador) deve ter suas conclusões pautadas em um processo de investigação confiável e válido.

Para tanto, a Resolução do Contran nº 425/2012 determina uma série de quesitos a serem avaliados, como:

Art. 5º Na avaliação psicológica deverão ser aferidos, por métodos e técnicas psicológicas, os seguintes processos psíquicos (Anexo XIII):

- I. Tomada de informação;
- II. Processamento de informação;
- III. Tomada de decisão;

- IV. Comportamento;
- V. Autoavaliação do comportamento;
- VI. Traços de personalidade (CONTRAN, 2008).

Para a interpretação dos resultados dos testes aplicados, recomenda-se que sejam utilizadas as normas específicas e/ou gerais dos instrumentos e que sejam seguidas as orientações previstas nos respectivos manuais. Ressalta-se que a interpretação e análise dos dados colhidos no processo avaliativo contemple todos os aspectos observados e aferidos, colocando em prática todos os preceitos da Avaliação Psicológica. Somente após essa análise contextualizada e fundamentada é que a(o) Psicóloga(o) estará apta(o) a emitir seu parecer finalizando a mesma com a elaboração de documento decorrente de Avaliação Psicológica e a comunicação do resultado, por meio da entrevista devolutiva.

Seguindo esses preceitos e realizando um trabalho pautado na ética e com postura técnica e científica, as(os) Psicólogas(os) Especialistas em Psicologia do Trânsito podem auxiliar nessa encruzilhada em que o país se encontra em relação ao futuro do trânsito, quando a morbimortalidade é considerada um problema de saúde pública.

6. Avaliação Psicológica no campo do Esporte

Ivan Sant'Ana Rabelo (CRP-06/82047)

Neste universo das ciências do esporte, depara-se com uma vasta gama de possibilidades e necessidades de investigação, tanto relacionadas ao estudo dos atletas de alto rendimento, como em atividades físicas consideradas esportivas, como as práticas de tempo livre e as atividades não regulamentadas e institucionalizadas. O termo “esporte” tem sido utilizado para referir-se não apenas ao alto rendimento, ao esporte profissionalizado, mas também à atividade física de uma forma mais abrangente. De maneira que o esporte se configura em uma cultura como um elemento de interação social,

como mecanismo auxiliar à política de saúde e como veículo de promoção do lazer. Pode ser considerado como um mecanismo que permite aos indivíduos de qualquer classe social, raça e credo experimentar aspectos da igualdade e justiça social.

Porém, o foco de atuação profissional na área tem se mostrado fortemente associado ao aprimoramento físico, técnico e emocional tornando-se prioridade nas equipes de competição e até mesmo entre esportistas, a intenção de aproveitar ao máximo as suas próprias potencialidades. Para isso, conhecidas ciências têm sido empregadas no âmbito esportivo, tais como fisiologia, biomecânica, bioquímica, medicina, sociologia, Psicologia, tecnologia, entre outras, sendo aprimoradas, pesquisadas e aplicadas no contexto esportivo, na busca de trazer benefício e desenvolvimento organizado às ciências do esporte, o que contribui diretamente à Psicologia do esporte e exercício.

No contexto do esporte, entende-se a Avaliação Psicológica como o processo de psicodiagnóstico esportivo, no qual o objetivo maior é a investigação de aspectos particulares do esportista, da equipe esportiva, vinculada à modalidade praticada, dentro de um período que pode ser de competição, preparação etc. De maneira que dentro das funções da(o) Psicóloga(o) do Esporte e Exercício está a necessidade de uma postura de intervenção investigadora, com o objetivo de clarificar o que está se desenvolvendo com o atletas dentro do ambiente de treino e competições, e principalmente no que tange aos fatores que incidem na participação e execução esportiva do atleta, contribuindo para um melhor desempenho. Com o intuito de investigar o nível de desenvolvimento de características psicológicas que contribuam para a prática esportiva ou atividades físicas e de lazer, utiliza-se de um conjunto de procedimentos que podem conter entrevistas, observações, dinâmicas de grupo, inventários, escalas, questionários, testes projetivos, entre outras ferramentas.

Em práticas esportivas de alto rendimento, a Avaliação Psicológica pauta-se na busca de qualificar e quantificar os estados emocionais em diferentes contextos, seja em situações de competição, treina-

mento, níveis de processos psíquicos e relações interpessoais, na otimização de trabalhos em equipes, etc. Com base nesses dados, a comissão técnica poderá tomar decisões atreladas às particularidades do atleta ou da equipe, analisar o processo de treinamento, a preparação técnica, escolher uma estratégia e uma tática de conduta em competições, visando a otimizar os estados psíquicos. Podem ser investigados processos sensoriais, sensorio-motores, de pensamento, mnemônicos e volitivos, tanto quanto características psicológicas da dinâmica do grupo esportivo, aspectos motivacionais e de interesse, e também atuar junto a treinadores e equipe técnica.

O grau de consciência que o indivíduo tem sobre a atividade realizada auxilia na regulação do esforço e, conseqüentemente, na obtenção de resultados. A correspondência psicológica na preparação técnica (formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos hábitos motores desportivos) se dá a partir do processo pedagógico de formação da técnica. Vale destacar que as exigências em relação à técnica esportiva irão variar de acordo com o tipo de esporte praticado e suas características. É importante considerar como parte do processo esportivo, a relação dos atletas com os profissionais que compõe a equipe de treinadores, nos mais diferentes contextos e com as mais variadas atribuições, abarcados atualmente pela alta tecnologia e informática, que permitem maior controle da administração e da gestão esportiva, permitindo variados recursos de análise de dados dos comportamentos específicos de jogadores e equipes (Rubio, 2010).

Contudo, apesar do surgimento progressivo de estudos e pesquisas dentro do contexto da Psicologia do esporte e exercício, ainda são incipientes os estudos sobre a Avaliação Psicológica no contexto do esporte, ou mesmo a publicação de ferramentas de testagem psicológica com amostras de atletas e esportivas.

Considerando a ampla variedade de especificidades do contexto esportivo, que envolve questões vinculadas às características das modalidades, sejam no sentido da modalidade ser de contato físico ou não, modalidades coletivas ou individuais, esportistas

que competem com um adversário, ou com uma equipe, contra um índice ou o recorde, para tanto é de se esperar que profissionais que atuam em Psicologia do esporte e exercício tenham que desenvolver um olhar amplo a respeito das características que envolvem habilidades, motivações, interesses, comportamentos, etc., no ambiente psicológico de um esportista.

Contudo, é consensual entre os profissionais da área que, além do conhecimento específico trazido da Psicologia como o uso de ferramentas de psicodiagnóstico e modelos de intervenção, é imprescindível que a(o) profissional tenha uma ampla noção das questões relacionadas ao universo do esportista, desde aspectos tais como noções de fisiologia, biomecânica, características específicas das modalidades esportivas, regras, além da dinâmica de grupos esportivos. Esse conjunto de conhecimento e habilidades se faz necessário na medida que o trabalho em Psicologia do esporte envolve pessoas e grupos que estão numa conjuntura determinada pelo contexto competitivo, de treinamentos e competições como, por exemplo, na interação com um meio restritivo com períodos de isolamento, concentração etc.

Nesse sentido, as(os) Psicólogas(os) do esporte e exercício devem trabalhar com atenção e exatidão científica na compreensão da prática esportiva para que a Psicologia não seja convertida em uma área que simplifica os fenômenos do esporte. Portanto, deve ser dada a importância devida à pesquisa de normatização de testes psicológicos no contexto esportivo, como meio para aumentar a probabilidade de que as ferramentas para Avaliação Psicológica estejam mais adaptadas ao trabalho desenvolvido por profissionais da área e, sobretudo, contribuir para a interpretações dos resultados investigados, considerando todo o processo psicodiagnóstico, que deverá envolver entrevistas, observações, uso de técnicas e não somente aspectos psicodiagnósticos enfatizados pelos resultados de testes. Uma avaliação assertiva deve considerar o indivíduo como um todo, seu histórico de vida, o momento que vivencia, entre outros aspectos relevantes a respeito do universo desse indivíduo, a equipe, a modalidade, ou seja, aspectos do ambiente em que esse está inserido.

Destaca-se, por fim, que as informações obtidas por meio da Avaliação Psicológica de atletas, esportistas e equipes pode contribuir muito para a atuação da(o) Psicóloga(o), uma vez que proporcionam melhor compreensão sobre como o indivíduo se apresenta do ponto de vista psíquico, naquele período de avaliação. Aperfeiçoa a ação da(o) Psicóloga(o), tornando-a possivelmente mais eficaz, além do auxílio ao técnico esportivo (quando orientado sobre todo o processo de avaliação) e também do suporte para o atleta. Ressalta-se, também, as possibilidades de aproveitamento por parte do atleta quando esse é capaz de perceber e repensar sobre seus comportamentos e atitudes a partir dos resultados levantados por ferramentas de avaliação, contribuindo para atingir seu sucesso e objetivos.

7. Avaliação Psicológica no contexto da segurança pública e privada

O fazer avaliativo da(o) Psicóloga(o) no contexto da segurança pública e privada mostra-se presente principalmente nas seguintes atividades profissionais:

- **Avaliação Psicológica admissional**

Na Segurança Pública, ocorre predominantemente por meio dos processos de concurso público, avaliando agentes de segurança que atendam ao perfil profissiográfico específico ao cargo pleiteado. Já na segurança privada, mediante processo de recrutamento e seleção dos profissionais que tenham a formação obrigatória para atuarem nessa área.

- **Avaliação Psicológica periódica**

Mostra-se presente tanto no contexto da segurança pública quanto da privada, em decorrência dos regimentos legais específicos e normas institucionais, principalmente quando no exercício da função, têm-se a atribuição do porte de arma de fogo. Na segurança

privada, a avaliação é realizada a cada dois anos, sendo um dos requisitos obrigatórios para fazer o curso de reciclagem, que tem como objetivo reforçar as habilidades e os conhecimentos adquiridos no curso de formação. Para a Instrução Normativa DPF nº 78/2014, no artigo 2º, parágrafo 5º “Em caso de inaptidão psicológica, o interessado poderá ser submetido a novo teste em período não inferior a 30 (trinta) dias”. Sendo as implicações nesse período o profissional fica impedido de exercer a função.

• **Avaliação Psicológica para porte e/ou registro de arma de fogo**

Determinada pelo artigo 4º, inciso III da lei nº 10.826 (Brasil, 2003), o qual estabelece que para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender entre outros requisitos, à comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

A formação necessária envolve aperfeiçoamento técnico contínuo, através da participação em eventos como congressos, seminários ou encontros e realização de cursos de pós-graduação, cursos de aperfeiçoamento e supervisão. Na segurança privada, para a Instrução Normativa DPF nº 78/2014 (artigo 9º, incisos VI e VII), o interessado em exercer a atividade deverá solicitar o seu credenciamento em uma unidade da Polícia Federal, mediante a comprovação de que possui pelo menos dois anos efetivos de exercício na profissão de Psicólogo(a), atestando aptidão para a aplicação dos instrumentos projetivo e expressivo.

Para o exercício do trabalho da(o) Psicóloga(o) no contexto da segurança pública e privada há legislações e normas específicas:

- Conselho Federal de Psicologia (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF. CFP;
- Resolução CFP nº 007/2003: institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002;

- Resolução CFP nº 018/2008: dispõe acerca do trabalho da(o) Psicóloga(o) na Avaliação Psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo;
- Resolução CFP nº 002/2009 altera a Resolução CFP nº 018/2008 e dá outras providências;
- Brasil. Lei Federal 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento;
- Brasil. Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004: regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes;
- Departamento da Polícia Federal. (10 de Fevereiro de 2014). Instrução Normativa DPF nº 78. Brasília, Brasil: “Estabelece procedimentos para o credenciamento, fiscalização, da aplicação e correção dos exames psicológicos realizados por psicólogos credenciados, responsáveis pela expedição do laudo que ateste a aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e para exercer a profissão de vigilante”.

Dentre as especificidades do contexto da Avaliação Psicológica e a segurança, há de serem considerados não apenas os aspectos profissionais éticos e técnicos, mas também os aspectos sociais, políticos e econômicos.

As interfaces dentro da própria formação são principalmente com a Psicologia organizacional e do trabalho, Psicologia forense, Psicologia da saúde, Psicologia social e Psicologia clínica.

Ressalta-se que a atuação profissional em muitas atividades exercidas pela(o) profissional da Psicologia nesse contexto avaliativo, dialoga com profissionais de outras áreas de formação e especialidade técnica.



AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E PESQUISA

Os fenômenos psicológicos são marcados pela sua complexidade, uma vez que a Psicologia tem como objeto de estudo comportamentos, experiências subjetivas e processos mentais a eles subjacentes e podemos perceber diferentes áreas da Psicologia, que indicam muitas perspectivas de pesquisas científicas.

Pesquisar cientificamente em Psicologia possibilita o acesso, o conhecimento e a investigação de fenômenos que são do campo da subjetividade, mas que, nem por isso, deixam de ser fenômenos científicos, partindo-se sempre do problema de pesquisa e utilizando um método científico para investigá-lo. De acordo com Cozby (2009), o método científico em ciências do comportamento possui quatro objetivos gerais que norteiam todas as investigações realizadas nessa área: descrever o comportamento, predizê-lo, determinar suas causas e compreender ou explicar um determinado comportamento.

A aproximação da Psicologia com outras áreas do conhecimento, como as neurociências, por meio da associação do funcionamento cognitivo com o comportamento e as emoções, tem favorecido a expansão de sua área de estudo e a necessidade de novas pesquisas. Além disso, a aplicação da Psicologia em determinadas áreas específicas do conhecimento, como o trânsito, tem gerado novos questionamentos sobre o fazer da Psicologia e, conseqüentemente, ressaltado a importância de pesquisas nessas áreas.

Dessa forma, a pesquisa em Psicologia mostra-se cada vez mais necessária. No entanto, é um contexto marcado por inúmeros desafios e limites dentro da própria profissão. Atualmente, há centros de estudos e universidades que se destacam na elaboração e aplicabilidade das pesquisas realizadas, mas que, infelizmente, não são maioria, visto que uma porcentagem significativa das instituições não estimula a pesquisa. Poucos professores possuem

incentivo, tempo, remuneração, capacitação, dedicação e interesse por esse tipo de atividade, acarretando uma lacuna desde o início da formação profissional.

Outros aspectos preocupantes no fazer pesquisa científica em Psicologia no Brasil é o distanciamento acadêmico da sociedade. Mesmo quando os resultados das pesquisas conseguem romper os muros acadêmicos, muitos profissionais da nossa categoria não conseguem compreendê-los adequadamente para julgar se esse resultado é realmente adequado, relevante e passível de replicação.

Compreende-se que as pesquisas científicas em Psicologia possuem como objetivo principal promover a produção e também a divulgação do conhecimento científico. Geralmente são divididas em pesquisas básicas e pesquisas aplicadas – as primeiras dedicadas ao aumento do conhecimento teórico com foco para responder a questões fundamentais sobre a natureza do comportamento e as segundas à solução de problemas práticos baseados no conhecimento teórico previamente adquirido. Contudo, as duas formas de pesquisa, de acordo com Cozby (2009), retroalimentam-se.

O delimitador inicial para realizar uma pesquisa científica é a escolha de um tema, o qual deve estar relacionado a uma área de pesquisa (área de concentração na Psicologia). A partir disso, define-se o problema de pesquisa, que se refere à pergunta que se pretende responder ao longo do trabalho. Definir o problema é delimitar o campo de observação em variáveis a serem estudadas, separando aqueles conteúdos pertinentes, que serão estudados, dos que não serão. Para a definição desse problema, alguns pontos devem ser considerados: se pode ser resolvido pela ciência; se é possível de ser estudado no momento atual; se é relevante cientificamente; se é viável; se existe amostra disponível; se há recursos para sua realização; se há metodologia para suporte e se pode ser operacionalizado.

Muitas pesquisas científicas na área de Psicologia utilizam-se de instrumentos psicológicos, algumas envolvendo adaptação e validação dessas ferramentas e, outras, sua aplicabilidade em determinados grupos ou populações clínicas. Vale ressaltar que a qualidade de um

instrumento psicológico depende, em grande parte, das características psicométricas dos mesmos, priorizando-se, portanto, o rigor metodológico e ético na execução dessas pesquisas.

Na realização de pesquisas no campo da neuropsicologia, por exemplo, um dos principais fundamentos teórico-metodológicos refere-se ao conceito de rede ou sistema neurofuncional, que se constitui por várias operações mentais organizadas em um conjunto dinâmico de regiões cerebrais. Devido a essa estrutura sistêmica e às influências recíprocas entre as funções volitivas, afetivas e cognitivas, nenhuma dessas funções deve ser avaliada por meio de um único teste, mas sim por uma bateria de testes, com controle de variáveis relevantes. Entre essas, cita-se: 1) os grupos-controles, constituídos de indivíduos sadios pareados, como condição para que se possa atribuir o baixo desempenho dos pacientes nos testes à sua lesão ou doença cerebral; 2) as tarefas-controle, com testagem de outras funções mentais que forem relevantes para a execução dos testes da função que se pretende estudar; 3) variáveis do indivíduo (idade, educação, sexo, motivação, estado de humor), da lesão (focal, multifocal, difusa, aguda ou crônica) e das condições de testagem (validação ecológica dos testes, instruções prévias, experiência do examinador com os testes, ruídos do ambiente). Esses passos permitem detectar duplas dissociações e concluir com mais segurança sobre a (dis)função de determinada área do cérebro (Damasceno IN Caixeta, 2014).

Quando falamos de pesquisa com seres humanos, em geral, o foco se concentra nas pesquisas na área médica, na biomédica ou na saúde. As pesquisas na área das profissões da saúde são, em geral, mais visíveis, com consequências imediatas e mais impactantes, podendo acarretar em riscos diretos aos participantes. Contudo, pesquisas com seres humanos vêm ocorrendo em muitas outras áreas – não sendo diferente na Psicologia –, muitas vezes sem a devida preocupação com os aspectos éticos.

Por seu objeto de estudo, pesquisas no campo da Psicologia envolvem, muitas vezes, seres humanos, não apenas quando falamos

de estudos em populações clínicas, mas também na adaptação de instrumentos, por exemplo. E, por esse motivo, questões éticas precisam ser priorizadas desde a elaboração de um projeto até a pesquisa propriamente dita.

De acordo com Cozby (2009), dentre as principais questões éticas que devem ser resguardadas nas pesquisas científicas na ciência do comportamento estão:

- Avaliar se os procedimentos de pesquisa podem causar **estresse e dano psicológico** e, em caso afirmativo, deve-se decidir eticamente acerca da necessidade de tais procedimentos e o que o pesquisador deverá fazer para propiciar um retorno à normalidade dos participantes;
- O **engodo**, que consiste em dar informações parciais sobre o objetivo do problema de pesquisa. Entretanto, isso deve ocorrer apenas quando a informação completa prejudica o resultado da pesquisa e, logo após o experimento, os participantes devem ter acesso completo aos objetivos da pesquisa. No entanto, um pesquisador bem preparado terá alternativas para evitar o engodo, como por exemplo, realizar experimentos honestos, em que a entrevista de esclarecimento é uma solução utilizada para solucionar este problema;
- O **consentimento informado**. Idealmente, toda pesquisa deve trabalhar com participantes plenamente informados, sendo fornecidas aos mesmos todas as informações que poderão influenciar na decisão de participar antes dele tomar tal decisão.

Nota-se que, em pesquisas com seres humanos e no caso específico na Psicologia, estresse e engodo são duas fontes significativas de preocupação ética. Porém, outras questões são tão importantes quanto e devem ser consideradas, tais como: o anonimato e o sigilo; estudo com populações especiais (crianças, adolescentes, deficientes intelectuais, pacientes psiquiátricos, entre outros); obrigações dos pesquisadores; questões de oferta de incentivos aos participantes; filmagens; gravações e fraudes.

Nesse sentido, reforça-se, conforme prevê a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/CONEP que, ao analisar e decidir, torna-se corresponsável por garantir a proteção dos participantes.

O Sistema CEP/CONEP é integrado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS/MS do CNS) e pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), compondo um sistema que utiliza mecanismos, ferramentas e instrumentos próprios de inter-relação, num trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do Brasil, de forma coordenada e descentralizada por meio de um processo de acreditação.

Merece destaque a Resolução CNS nº 1, de 13 de junho de 1988, primeiro documento oficial brasileiro que procurou regulamentar as normas da pesquisa em saúde. Em 1995, sete anos após a aplicação da Resolução CNS nº 1/88, o CNS decidiu pela revisão da mesma, com o objetivo de atualizá-la e preencher lacunas geradas pelo desenvolvimento científico. Um Grupo Executivo de Trabalho (GET), integrado por representantes de diversas áreas sociais e profissionais, contando com o apoio de médicos, teólogos, juristas, biólogos, engenheiros biomédicos, empresários e representantes de usuários, elaborou uma nova resolução (CNS nº 196/96) que estabelece as normas de pesquisa envolvendo seres humanos (Vieira e Hossne, 1987).

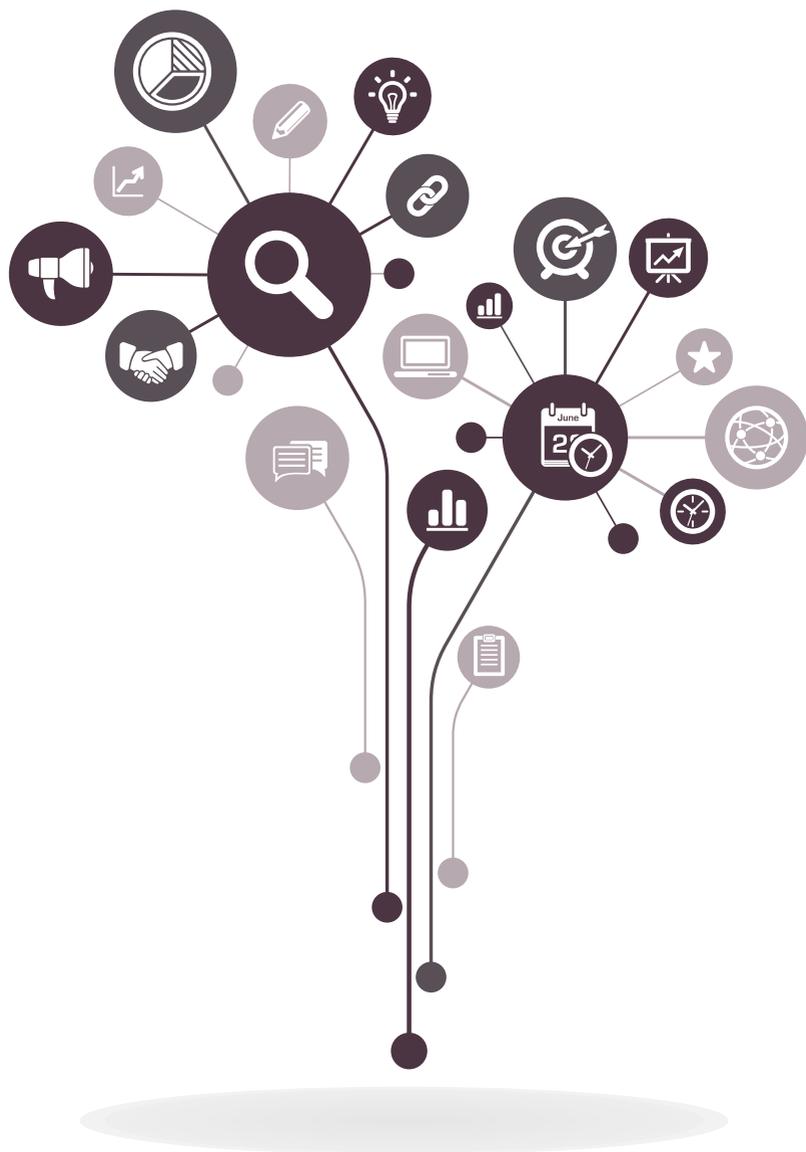
Destacamos alguns pontos dessa resolução que merecem destaque: a incorporação dos referenciais básicos da bioética (não maleficência, beneficência, autonomia, justiça, equidade, sigilo, privacidade); a ampla abrangência, aplicando-se as normas à toda e qualquer pesquisa (todas as áreas do conhecimento e não só a biomedicina) que, individual ou coletivamente (estudos de comunidades, pesquisas epidemiológicas), envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais; a conceituação de risco como sendo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano; a consideração de que

todo procedimento (de qualquer natureza) cuja aceitação não esteja consagrada na literatura será tido como pesquisa em ser humano; o respeito total à dignidade do ser humano e a necessidade de se obter o consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis, excluindo-se as possibilidades de dependência, subordinação, coação ou intimidação; o respeito à vulnerabilidade, sem, porém, exclusão, isto é, preservação do direito de decisão; a exigência de condições (recursos humanos e materiais) adequadas à execução do projeto; a proteção à imagem, a não estigmatização, o direito à confidencialidade e à privacidade, nas pesquisas em coletividade, bem como o respeito aos valores culturais; a necessidade de justificativa para a dispensa de obtenção do consentimento; a utilização de material biológico e dos dados obtidos na pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista no protocolo; a exigência de apresentação do projeto de pesquisa, por parte do pesquisador responsável, contendo, entre outros, os seguintes dados: definições de atribuições, antecedentes científicos, metodologia, análise crítica de riscos e benefícios, duração do projeto, critérios de inclusão e de exclusão dos sujeitos, o compromisso de tornar públicos os resultados, a previsão de riscos, a qualificação do pesquisador, o orçamento detalhado; a obrigatoriedade de apresentação do projeto ao CEP da instituição, para apreciação, entre outros.

O CFP possui resolução própria (Res. CFP nº 023/2007) que atende ao proposto na resolução CNS nº 196/96 e dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Dessa forma, a pesquisa científica em Psicologia exige da(o) Psicóloga(o) conhecimento significativo sobre diferentes construtos, isso é, um elevado respaldo técnico, ético e uma metodologia adequada ao que se propõe pesquisar, pois, devido à complexidade do nosso objeto de estudo, há como exigência fundamental um elevado grau de rigor metodológico.

Diante do exposto, ressaltamos os cuidados e o rigor metodológico e ético que os pesquisadores devem ter na elaboração e condução de suas pesquisas. A Psicologia ainda tem muito a se desenvolver de forma a consolidar-se como ciência e contribuir para a construção e

promoção do conhecimento científico, estando essas possibilidades atreladas, em grande parte, à responsabilidade dos pesquisadores que realizam pesquisas na área de Psicologia e áreas afins.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste caderno foi pensada a partir das dificuldades encontradas por Psicólogas(os) que atuam na área de Avaliação Psicológica e encontram uma série de dúvidas e limitações na realização de seu trabalho. Teve, portanto, entre seus principais objetivos, orientar em relação ao tema, esclarecer dúvidas e trazer ideias inovadoras que possam complementar a atuação da(o) profissional e que estejam sempre norteando discussões entre as(os) profissionais da Psicologia.

Discussões como essa precisam ser fomentadas para que a Avaliação Psicológica, em todas as suas dimensões e campos de atuação, seja compreendida de maneira correta, sendo necessária a revisão do seu ensino para a formação profissional desde a graduação, para que a(o) Psicóloga(o) a compreenda como um processo complexo, essencial para o diagnóstico psicológico e ações interventivas da(o) Psicóloga(o), e dessa forma, assuma com competência e responsabilidade a atividade da Avaliação Psicológica.

Autoria

Integrantes da Comissão de Avaliação Psicológica do CRP-PR.

Especialistas convidados.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

Brasil. Lei Federal 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento.

Brasil. Decreto 5.123, de 1º de julho de 2004, Regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.

Brasil. Departamento de Polícia Federal. Instrução Normativa Nº 78/2014. Brasília, 2014.

Resolução CFP Nº 018/2008 – Dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo.

Resolução CFP Nº 002/2009 – Altera a Resolução CFP nº 018/2008 e dá outras providências.

Hutz, C. S., Bandeira, D. R., & Trentini, C. M. (2015). *Psicometria*. Porto Alegre: Artmed.

COHEN, R. J.; SWERDLIK, M. E.; STURMAN, E. D. *Testagem e avaliação psicológica: introdução a testes e medidas*. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFPnº007/2009.

Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Resolucao-CFP-007-09-anexo-II-alterado-pela-Resolucao-C-FP-9_11.pdf. Acesso em 09 de Dez 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFPn°009/2011. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/05/resolucao2011_009.pdf. Acesso em 09 de Dez 2014.

CONTRAN- Conselho Nacional de Trânsito. Resolução n°425/2012. Disponível em:[http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/\(Resolucao%20425.-1\).pdf](http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/(Resolucao%20425.-1).pdf). Acesso em 09 de Dez 2014.

GOUVEIA, V. V. et al. Atitudes frente à avaliação psicológica para condutores: perspectivas de técnicos, estudantes de psicologia e usuários. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v.22, n.2, p.50-59, jun.2002.

GUNTHER, H; CRISTO,F; NETO, I; FEITOSA,O. F.Pesquisas sobre o comportamento no trânsito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

HOFFMAN,M. H.; CRUZ,R. M.; ALCHIERI, J. Comportamento humano no trânsito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SAMPAIO, M. H; NAKANO,T.C. Avaliação Psicológica no contexto do trânsito: revisão de pesquisas brasileiras. *Revista- Psicologia: Teoria e Prática*. Campinas-SP. 2011.

HUTZ, C. S. Ética na avaliação psicológica. In: C. S. Hutz (Org.), **Avanços e polêmicas em avaliação psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

HUTZ, C. S. Questões éticas na avaliação psicológica. In: HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M. (Orgs.), *Psicometria*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 07/2003**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003.

Lezak, M. D. *Neuropsychological Assessment*. 2nd. edition Oxford University Press, 1982 e 3rd edition 1995.

Mader-Joaquim, M. J. O neuropsicólogo e seu paciente: introdução aos princípios da avaliação neuropsicológica. In: L. F. Malloy-Diniz et al. *Avaliação Neuropsicológica* (pp.46-57). Porto Alegre: Artmed, 2010.

Wilson, B. A. *Reabilitação da memória: integrando teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Resolução CFP nº 013/2007 – Institui a consolidação das resoluções relativas ao título profissional de especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.

Folstein MF, Folstein SE, McHugh PR (1975). «“Mini-mental state”». A practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician». *Journal of Psychiatric Research* [S.l.: s.n.] 12 (3): 189-98. doi:10.1016/0022-3956(75)90026-6.PMID 1202204.

SARMENTO, Ana Luisa Rosas. Apresentação e aplicabilidade da versão brasileira da MoCA (Montreal Cognitive Assessment) para rastreamento de Comprometimento Cognitivo Leve. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2009.

Zigmond, A.S.7 Snaith,R.P.The Hospital Anxiety and Depression Scale.*ActaPsychiatricaScandinavica* 1983; 67,361 -370.

Botega NJ, Bio MR, Zomignani MA, Garcia JRC, Pereira WAB. Transtornos do humor em enfermaria de clínica médica e validação de escala de medida (HAD) de ansiedade e depressão. *Revista de Saúde Pública*, 29(5): 355-63, 1995.

Marcolino, J.A.M., Suzuki, F. M., Alli, L.A.C., Gozzani, J. L. & Mathias, L. A. S. T. (2007). Medida da ansiedade e da depressão em pacientes no pré-operatório. Estudo Comparativo. *Revista Brasileira de Anestesiologia*, 57 (2), 157-166.

Capitão, C.G., Scortegagna, A.S., & Baptista, M.N. (2005). A Importância da Avaliação Psicológica na Saúde. *Avaliação Psicológica*, 4(1), 75-82.

Barros Neto, A. da R., Capitão, C.G., Campache, F., Campos, H.H. de A., Fongaro, M.L.H., Maciel, N.O., et. al. (2007). Abordagem da Psicologia. Em: Lindoso, J.A.L., Eira, M. da, Casseb, J., & Mello e Silva, A.C.C. de. *Infectologia ambulatorial diagnóstico e tratamento* (pp. 30-33). São Paulo: Sarvier.

Botega, N.J. (2006). Psiquiatria no hospital geral: histórico e tendências. Em: Botega, N.J. (Org.) (Ed.), *Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência* (pp. 17-34). Porto Alegre: Artmed.



www.crppr.org.br

é tempo de
diálogo



Conselho
Regional de
Psicologia
do Paraná

é tempo de
diálogo



Conselho
Regional de
Psicologia
do Paraná